

PRODUTO 4

PEC Gerais

PLANO DE USO PÚBLICO

**Parque
Estadual
Caminho
dos Gerais**

PLANO DE USO PÚBLICO

Parque Estadual Caminho dos Gerais

ELABORAÇÃO



REALIZAÇÃO



MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Belo Horizonte
Maio 2026

PLANO DE USO PÚBLICO
Parque Estadual Caminho dos Gerais

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Romeu Zema Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Lyssandro Norton Siqueira

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

DIRETORIA GERAL
Letícia Capistrano Campos

DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Letícia Horta Vila Boas

GERÊNCIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Edmar Monteiro Silva

UNIDADE REGIONAL DE FLORESTAS E BIODIVERSIDADE NORTE
Margarete Suely Caires Azevedo

Núcleo de Biodiversidade UFRBIO Norte
Washington Lemos Ramos

PARQUE ESTADUAL CAMINHO DOS GERAIS
Alessandre Custódio Jorge

PLANO DE USO PÚBLICO

Parque Estadual Caminho dos Gerais

Créditos da autoria

Equipe de Elaboração do Plano de Uso Público – PLANTUC Projetos Socioambientais

Raoni Araujo Ferreira

Coordenação Geral, análise do uso público, planejamento e moderação da oficina de Planejamento Participativo

Benito Drummond

Análise do Uso Público e planejamento

Veronica Calamante

Análise do Uso Público e planejamento, Apoio elaboração de relatório, dados secundários Uso Público e planejamento

Frederico Prates

Análise da infraestrutura e prioridades de investimentos

Clara Teixeira

Desenvolvimento da análise e planejamento de ações de equidade de gênero

Priscila Rios

Moderação e Relatoria e Oficina de Planejamento Participativo

Lívia Pacheco

Moderação e Relatoria e Oficina de Planejamento Participativo

Ednilson Pereira

Elaboração dos mapas e banco de dados geoespacial

Equipe de Supervisão e Acompanhamento – IEF

Cristiane Froes Soares dos Santos

Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Thamiris Lopes Chaves

Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Alessandre Custódio Jorge

Parque Estadual Caminho dos Gerais

Equipe de Supervisão e Acompanhamento – FUNBIO PROGRAMA GEF TERRESTRE

Rodolfo Cabral Marçale

Vivian Saddock da Silva

Doações Nacionais e Internacionais



PLANO DE USO PÚBLICO

Parque Estadual Caminho dos Gerais

Lista de siglas

AU

Acessibilidade Universal

BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento

FOFA

Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

FUNBIO

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF

Global Environment Facility

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEF

Instituto Estadual de Florestas

MMA

Ministério do Meio Ambiente

NBV

Número Balizador da Visitação

PA

Ponto de Apoio

PECGerais

Parque Estadual Caminho dos Gerais

PII

Programa de Implantação de Infraestrutura

PM

Plano de Manejo

PUP

Plano de Uso Público

ROVUC

Rol de Oportunidades de Visitação de Unidades de Conservação

RBSE

Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE)

SISEMA

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SNUC

Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC

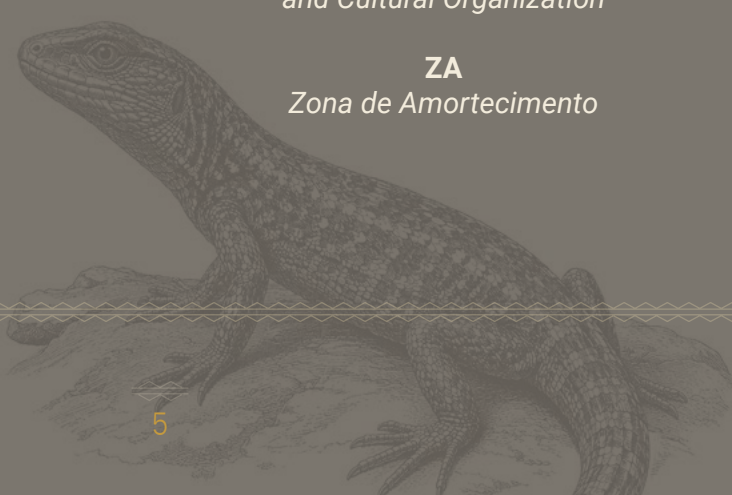
Unidade de Conservação

UNESCO


United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZA

Zona de Amortecimento



1. APRESENTAÇÃO	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
2.1 Caracterização da Região	13
2.2 Município de abrangência do PECGerais	14
2.2.1 Monte Azul	14
2.2.2 Espinosa	14
2.2.3 Gameleiras	15
2.2.4 Mamonas	15
2.3 Caracterização Turística da UC e de seu entorno	15
2.4 Histórico da visitação na UC	18
2.5 Plano de Manejo da UC	18
2.6 Matriz FOFA do PECGerais	22
2.7 Objetivos Estratégicos do Plano de Uso Público	26
3. PLANEJAMENTO DA VISITAÇÃO	27
3.1 Visão de Futuro do Uso Público	28
3.2 Número Balizador da Visitação (NBV)	28
3.3 Setores, Atrativos e Classificação de Experiências de Visitação na UC	33
3.3.1 Setor 1: Norte (Espinosa)	39
3.3.2 Setor 2: Leste (Mamonas e Gameleiras)	43
3.3.3 Setor 3: Sul (Monte Azul)	47
3.3.4 Setor 4: Oeste (Gameleiras)	53
3.3.5 Atividades e Perfil do Visitante Atuais	58
3.3.6 Atividades e Perfil do Visitante Potenciais	59
3.3.7 Atrativos Prioritários para a implantação do Uso Público	61



4. PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	65
4.1 Recomendações de Acessibilidade	66
4.2 Recomendações Gerais para Implantação da Infraestrutura	68
4.3 Programa de Implantação de Infraestrutura para o Setor 01, 02, 03 e 04	70
4.4 Sistematização das Oportunidades de Experiência de Visitação no Setor	83
5. DIRETRIZES	85
5.1 Diretrizes gerais para gestão da visitação	86
5.2 Diretrizes para a qualificação dos serviços de apoio à visitação	87
5.3 Diretrizes para diversificação e aprimoramento das atividades de visitação	88
5.4 Diretrizes para monitoramento da visitação	90
5.5 Diretrizes para equidade de gênero na gestão da visitação	91
6. MATRIZ DE PLANEJAMENTO DE AÇÕES	94
7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE USO PÚBLICO COMPLEMENTARES AO PUP ...	100
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105



1.

Apresentação

O Parque Estadual Caminho dos Gerais (PECGerais) é uma Unidade de Proteção (UC) Integral, criada pelo Decreto Estadual de 28 de março de 2007, e abrange uma área de 56.237,37 hectares no norte de Minas Gerais, distribuídos entre os municípios de Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul. Localizado em uma zona de transição (ecótono) entre o Cerrado e a Caatinga, a unidade protege ecossistemas diversos, como campos rupestres, veredas e florestas estacionais (IEF, 2022). Além de sua beleza cênica, marcada pela Serra do Espinhaço, o parque desempenha um papel hídrico vital, protegendo mais de 300 nascentes. Essas nascentes representam um recurso crucial para a manutenção da biodiversidade local, a produção de água e o abastecimento das comunidades vizinhas, além de possibilitarem o turismo de recreação em suas cachoeiras (IEF, 2022).

Este Plano é o resultado do *“Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF Terrestre”*, uma iniciativa do Governo Federal, financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), com execução pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), em parceria com órgãos ambientais como o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG).

O Plano de Uso Público do Parque Estadual Caminho dos Gerais foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo (PM) da unidade e com base nas orientações metodológicas para o planejamento do uso público em unidades de conservação, considerando especialmente as Orientações Metodológicas para Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2020), e os princípios e diretrizes institucionais para planejamento da visitação estabelecidos pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio, 2021), bem como a publicação referente ao Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC (ICMBio, 2019), que orienta a identificação e organização das oportunidades de experiência de visitação nas áreas protegidas.

O PUP apresenta um diagnóstico detalhado do cenário atual e das perspectivas para a visitação no PECGerais. A análise abrange as dimensões ambiental, social, turística e territorial, identificando as potencialidades e os desafios da UC no contexto do uso público e do diálogo com o seu entorno. Elaborado em conformidade com a Instrução Normativa nº 07/2017 e a Portaria nº 1.163/2018 do ICMBio (utilizadas como referência técnica pelo IEF), este documento visa orientar a implementação e a gestão da visitação na unidade. Como planejamento específico e parte integrante do Plano de Manejo, o PUP estabelece as diretrizes e os procedimentos necessários para ordenar o uso público.



2.

Contextualização

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) classifica as áreas protegidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Uso Sustentável. As UCs de Proteção Integral têm como prioridade a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, como pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico.

Nessa categoria, os Parques Nacionais (PN) e Estaduais (PE) buscam conciliar a conservação de ecossistemas de alta relevância ecológica e beleza cênica com a promoção de atividades de recreação e turismo sustentável. O uso público e a visitação em áreas protegidas são compreendidas como uma prática social essencial para aproximar o cidadão da natureza e sensibilizar a sociedade sobre a importância da conservação ambiental.


Alinhado a essa visão, o Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre), criado em 2018, é uma iniciativa do Governo Federal que visa promover a conservação da biodiversidade nos ecossistemas dos três biomas. A proposta está fundamentada nos princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) (MMA, s/d).

A elaboração deste PUP está inserida neste contexto e contribui diretamente para a conservação do patrimônio cultural e biológico do PECGerai, localizado no norte de Minas Gerais, no Bioma Caatinga. A unidade apresenta uma vegetação característica de ecótono entre o Cerrado e a Caatinga, abrigando ecossistemas como cerrado sensu stricto, cerrado rupestre, campo rupestre, florestas estacionais (semidecidual e decidual), e veredas e afloramentos rochosos (IEF, 2022). O PUP visa ao desenvolvimento econômico e à valorização da cultura local caatingueira e geraizeira.

Como instrumento de gestão, o PUP é definido como um documento técnico não normativo e programático, que estabelece estratégias e prioridades para estimular a visitação, orientar o manejo e diversificar as oportunidades de experiência na unidade. Este plano pode ser complementado por projetos e protocolos específicos (como os de interpretação ambiental, gestão de segurança, manejo de trilhas e modelagens para delegação de serviços), que passam a integrar o seu portfólio após aprovação. Ressalta-se que, caso surjam necessidades de normas específicas para o uso público, estas deverão ser formalizadas por meio de atos normativos próprios (MMA, 2019).

Em suma, o turismo nas UCs atua como um incentivo à gestão e ao desenvolvimento desses espaços, fortalecendo o objetivo de conservar a biodiversidade ao mesmo tempo que promove o crescimento econômico regional e a identidade cultural das populações tradicionais.

Para que esse desenvolvimento seja plenamente justo e democrático, a elaboração deste PUP fundamentou-se na integração da equidade de gênero como premissa central, alinhando-se às tendências globais de gestão das UCs voltadas à promoção da inclusão social. Ao longo de todo



o processo, adotaram-se medidas estratégicas para fomentar o protagonismo feminino, incluindo a realização de oficinas e visitas técnicas com enfoque de gênero, a escuta ativa das mulheres e a promoção de sua participação em espaços de decisão. Dessa forma, as diretrizes propostas buscam não apenas ampliar as oportunidades para o público feminino, mas também superar barreiras culturais históricas, garantindo que o desenvolvimento do turismo no território proporcione experiências de visitação mais seguras, acessíveis e verdadeiramente inclusivas.

O PUP reconhece o uso público como uma ferramenta estratégica para a educa o ambiental e o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, o documento propõe a integra o da perspectiva de gênero nas a o es educativas, visando fomentar a reflexão crítica sobre as rela o es de poder e as desigualdades sociais. Ao promover o letramento de gênero, busca-se contribuir para a transforma o de valores e para a constru o de uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, o uso público consolida-se como uma atividade essencial nas UCs, uma vez que a intera o direta entre sociedade e natureza   fundamental para a sensibiliza o ambiental, para a promo o da cidadania e para o reconhecimento da importância estratégica da conserva o da biodiversidade.

2.1 Caracteriza o da Região

O PECGerais está localizado em Minas Gerais, nos municípios de Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul. Sua gestão está sob a administra o do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF). A unidade tem como objetivo proteger a flora e a fauna regional, rios, nascentes e córregos, e visa também fomentar pesquisas e estudos que conciliem, de forma equilibrada, o uso científico, educativo, recreativo e o turismo ecológico com a preserva o duradoura do seu patrimônio natural. O parque integra a Serra do Espinhaço, com uma pequena por o o ao extremo norte e ao extremo sul, marcada pela Depressão do Médio Rio São Francisco e pela Depressão de Guanambi (IEF, 2022).

A UC integra a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), um importante reconhecimento de conserva o concedido pela Organiza o das Na o es Unidas para a Educa o, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Sistema Nacional de Unidades de Conserva o da Natureza (SNUC), por meio da Lei n  9.985, de 18 de julho de 2000, define Reserva da Biosfera como:

Um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preserva o da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educa o ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das popula o es (Brasil, 2000).

O PECGerais protege veredas, campos brejosos e rupestres, que possuem uma rica biodiversidade. Essas áreas apresentam alta capacidade de recarga hídrica, com solos turfosos que auxiliam na produ o e na regula o da disponibilidade de água, caracterizando ambientes de grande sensibilidade ambiental e notável beleza paisagística (IEF, 2022).

Além de sua vasta riqueza natural, a área do PECGerais possui significativos aspectos históricos e culturais, que aumentam seu valor e seu potencial para o uso público. A região abriga sítios com grafismos rupestres e preserva uma história cultural que evoca a colonização do norte de Minas Gerais e a influência da cultura indígena (IEF, 2022).

Figura 1: Barragem de Gameleiras.

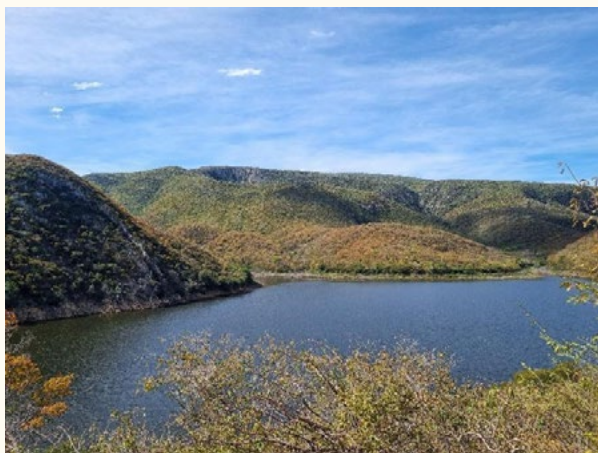


Figura 2: Morro do Chapéu.



Fotos: Verônica Calamante, 2025.

2.2 Município de abrangência do PECGerais

2.2.1 Monte Azul

Localizado no norte de Minas Gerais, Monte Azul tem aproximadamente 20.328 habitantes (IBGE, 2022) e consolida-se como o principal polo de serviços e comércio da região. Sua economia, baseada na agropecuária e em um setor de serviços dinâmico, oferece suporte não apenas à sua população, mas também às comunidades vizinhas. Historicamente ligado ao tropeirismo, o município possui uma infraestrutura urbana e turística média em relação aos demais municípios de abrangência do PECGerais.

O município destaca-se pelos seus atrativos naturais, sendo o mais conhecido o Pico da Formosa (1.820 m de altitude), classificado pelo Mapa do Turismo Brasileiro como um município de oferta turística complementar (Mtur, 2025). Devido à sua rede de hotéis, bares e restaurantes, a cidade é um grande ponto de apoio logístico para a visitação ao Parque, especialmente para atividades que exigem pernoite e suporte técnico.

2.2.2 Espinosa

O município de Espinosa possui cerca de 30.443 habitantes (IBGE, 2022) e uma economia diversificada, com destaque para os setores de serviços, confecções e produção leiteira. His-

toricamente ligada à ocupação da Serra Geral, a cidade superou o antigo ciclo do algodão e hoje apresenta uma infraestrutura urbana e de serviços.

Uma parte do município integra o território do PECGerais. Embora não esteja no Mapa do Turismo Brasileiro, o município faz parte do Circuito Turístico Serra Geral, o que favorece sua integração em roteiros regionais. Devido à sua riqueza cultural e à melhor capacidade logística, Espinosa pode desempenhar um papel de apoio logístico e cultural ao planejamento turístico regional, em articulação com os demais municípios de abrangência do PECGerais.

2.2.3 Gameleiras

Com cerca de 4.793 habitantes (IBGE, 2022), o município de Gameleiras é essencialmente rural, com sua economia baseada na pecuária e na agricultura de subsistência. Sua história é marcada por raízes indígenas e quilombolas, e sua infraestrutura hídrica destaca-se pela barragem do Rio Gameleiras, que está dentro do PECGerais, sendo importante para o abastecimento da cidade (Gameleiras, 2023).

Embora ainda não possua uma infraestrutura turística consolidada, o município integra o Circuito Serra Geral e apresenta grande potencial para o turismo de natureza e comunitário. A presença de serras, nascentes e da própria barragem, somada à cultura das comunidades tradicionais, oferece oportunidades para atividades como caminhadas e educação ambiental, desde que integradas ao planejamento de uso público do Parque.

2.2.4 Mamonas

Com uma população de aproximadamente 5.997 habitantes (IBGE, 2022), Mamonas é um município jovem, emancipado em 1992, cuja economia se baseia na agricultura familiar e na pecuária leiteira. Historicamente, a cidade consolidou-se como um antigo ponto de parada de tropeiros, herança que ainda molda sua identidade cultural e tradições rurais.

O PECGerais também está integrado no território do Município de Mamonas. A infraestrutura de serviços turísticos da cidade ainda é reduzida, mas apresenta grande potencial para o desenvolvimento de roteiros que integrem sua memória cultural (tropeirismo) aos atrativos naturais do Parque.

2.3 Caracterização Turística da UC e de seu entorno

O território que abrange o Parque Estadual Caminho dos Gerais apresenta características que refletem um contexto regional de baixa densidade populacional, economia predominantemente agropecuária e infraestrutura turística ainda em processo de consolidação. Os municípios de Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul, que compõem o entorno da unidade, pos-

suem oferta limitada de serviços turísticos e de equipamentos de apoio à visitação, como hospedagem, alimentação e transporte. A estrutura viária é formada, em sua maior parte, por estradas vicinais não pavimentadas, o que restringe o fluxo de visitantes, mas contribui para a preservação de ambientes naturais e para a manutenção do caráter isolado e pouco antropizado da paisagem.

Todos os quatro municípios mencionados integram o Circuito Turístico Serra Geral, localizado no norte de Minas Gerais. A região é caracterizada pela Serra Geral e sua rica variedade de ecossistemas, como a Caatinga e o Cerrado, que abrigam uma grande diversidade de flora e fauna. Além das paisagens naturais com trilhas, cachoeiras e formações rochosas, o circuito possui um significativo valor cultural. As cidades que o compõem preservam histórias e tradições, refletidas em festivais, artesanato e gastronomia típica. Os municípios que compõem o circuito estão ilustrados na Figura 3 a seguir.

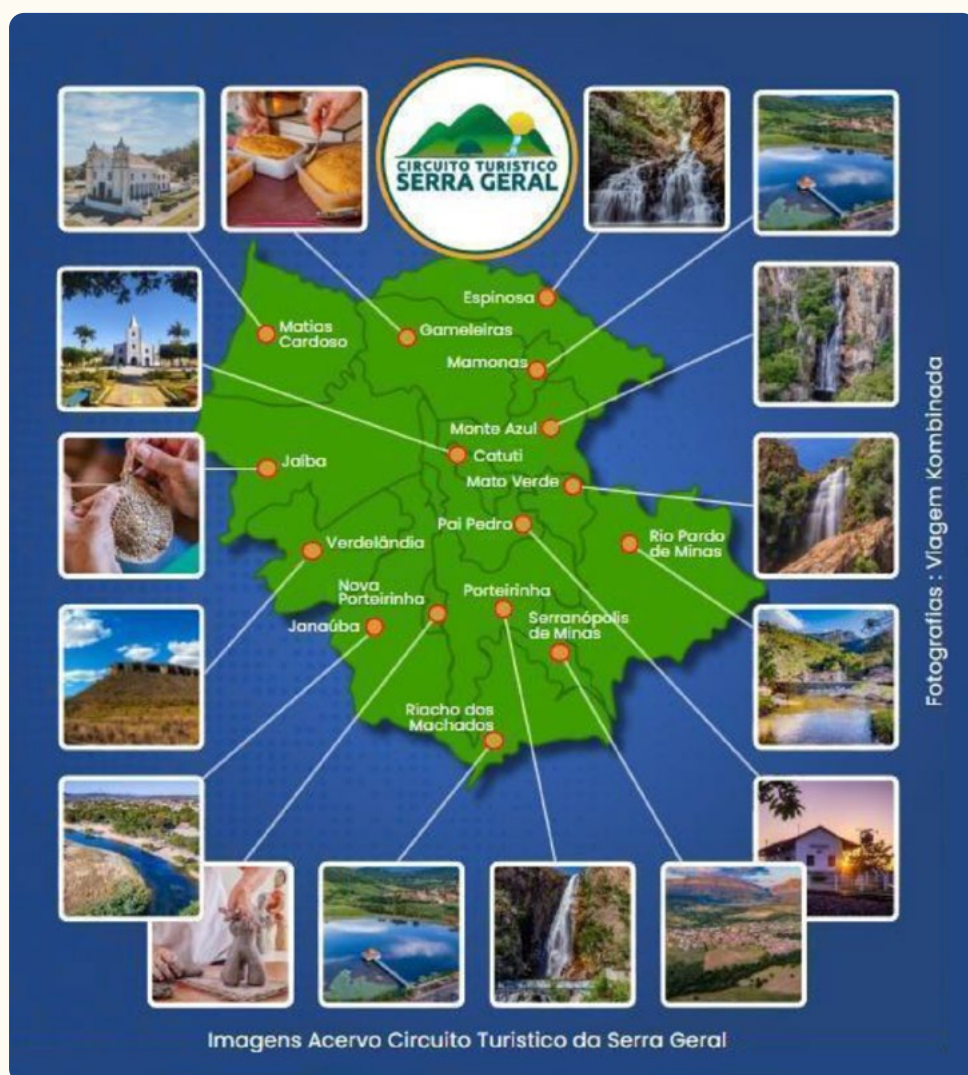


Figura 3: Circuito turístico da Serra Geral.

Fonte: Prefeitura de Gameleiras, s/d.

Apesar de fazerem parte do mesmo circuito, a classificação turística desses municípios varia no Mapa do Turismo (MTur, 2025). Localizado no mapa como região Turística da Serra Geral do Norte de Minas, o município de Monte Azul é categorizado como município com oferta turística complementar, enquanto Gameleiras e Mamonas são considerados municípios de apoio ao turismo. O município de Espinosa não está incluído em nenhuma categoria.

O conjunto desses fatores caracteriza uma região em estágio inicial de desenvolvimento do turismo, onde predominam experiências de contato direto com a natureza, práticas tradicionais e atividades de pequena escala. As condições atuais favorecem modalidades de ecoturismo, turismo pedagógico e de base comunitária, que podem ser gradualmente estruturadas em parceria com as comunidades locais. A consolidação de um trade turístico regional depende de investimentos em infraestrutura básica, qualificação profissional e integração entre os municípios, visando ordenar a visitação e ampliar os benefícios socioeconômicos associados ao uso público do parque.

O NORTE DE MINAS GERAIS

A ocupação do Norte de Minas Gerais é marcada por uma rica sobreposição de identidades que remontam aos povos indígenas da nação Tapuia, cujos vestígios materiais e tradições de leitura da natureza ainda persistem na região. Esse mosaico cultural é composto, fundamentalmente, pelos geraizeiros, que habitam os planaltos de Cerrado, e pelos caatingueiros, estabelecidos nas encostas e no sopé da Serra Geral. Enquanto a identidade geraizeira é definida pela relação de uso sustentável e pelo extrativismo nas chapadas, atuando como “guardadores” da biodiversidade, os caatingueiros desenvolveram uma cultura própria na transição entre biomas, unindo a pecuária e a agricultura de subsistência ao ciclo histórico do algodão, impulsionado pela demanda europeia no século XVIII. Somam-se a esse cenário as comunidades negras Gurutubanas, consolidando um território onde a geografia das serras e vales determina não apenas os sistemas de produção familiar, mas também a própria essência sociocultural das populações tradicionais mineiras (Costa, 2021).

A ROTA DO SAL

A Rota do Sal foi uma via estratégica de integração entre o Rio São Francisco e a Serra do Espinhaço, desempenhando um papel vital no desenvolvimento econômico e na formação urbana do Norte de Minas. Como principal corredor de transporte para mercadorias essenciais, especialmente o sal, utilizado na conservação de alimentos, a rota promoveu um intenso intercâmbio cultural entre tropeiros, carreiros e vaqueiros. Embora tenha perdido sua função comercial com a chegada das ferrovias na década de 1960, sua memória permanece preservada como patrimônio histórico regional. Atualmente, o trecho localizado no interior do Parque Estadual Caminho dos Gerais apresenta grande potencial para a implementação de uma trilha de longo curso, permitindo que o uso público da unidade resgate e valorize a importância histórica desse antigo caminho para os visitantes (A Rota do Sal, 2024).

2.4 Histórico da visitação na UC

Desde sua criação em 2007, o Parque Estadual Caminho dos Gerais (PECGerais) não possui um sistema estruturado de controle e registro de visitação pública regular. Em instrumentos de transparência e comunicação institucional disponíveis no portal do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), há orientações gerais sobre a visitação em unidades de conservação estaduais, mas não existem séries históricas ou dados publicamente disponibilizados que indiquem fluxo anual de visitantes ou registros específicos referentes ao PECGerais.

A ausência de um sistema formal de controle de entrada e saída de usuários reflete o fato de que a visitação na unidade, até o momento, ocorre principalmente de forma:

- **Espontânea e não regulamentada**, com visitas informais de populações vizinhas a atrativos hídricos e mirantes;
- **Programada, mediante agendamento**, em ações de educação ambiental promovidas pela gestão da UC junto a escolas e grupos educativos.

Não existem dados públicos oficiais que discriminem os números de visitantes, perfis ou séries históricas de uso recreativo ou turístico no PECGerais, como ocorre em outras unidades de conservação do estado que possuem sistemas de monitoramento implementados.

Esse cenário caracteriza a visitação no PECGerais como não estruturada, sem controle sistemático e com baixa formalização, o que reforça a necessidade de implantação de instrumentos de gestão previstos neste Plano de Uso Público, tais como o Número Balizador de Visitação (NBV), sistemas de registro e controle, monitoramento contínuo dos impactos da visitação e estratégias de ordenamento progressivo da visitação.

A institucionalização da visitação e o desenvolvimento de mecanismos de controle e monitoramento de fluxo são objetivos prioritários deste PUP, visando tornar a visitação compatível com os objetivos de conservação da unidade, com os princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e com as diretrizes da Portaria IEF nº 78, de 9 de outubro de 2023.

2.5 Plano de Manejo da UC

O plano de manejo (PM) constitui o roteiro técnico indispensável para a gestão de qualquer UC. Fundamentado nos objetivos da unidade e na Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), o documento determina o zoneamento territorial, as regras de uso da área e as diretrizes para o manejo de recursos naturais e a instalação de infraestrutura. Sua elaboração é obrigatória para todas as categorias de UCs no Brasil (IEF, 2024).

Seguindo o roteiro metodológico para a elaboração de Planos de Manejo em Unidades de Conservação Federais, elaborado pelo ICMBio em 2018, o primeiro Plano de Manejo do PECGerais foi aprovado em 2022 e serviu como base para a elaboração do atual Plano de Uso Público.

O zoneamento ambiental do PECGerais foi definido segundo a metodologia do ICMBio (2018), e foram definidas 06 (seis) zonas internas para atender aos objetivos do plano de manejo, conforme o Quadro 1 a seguir.

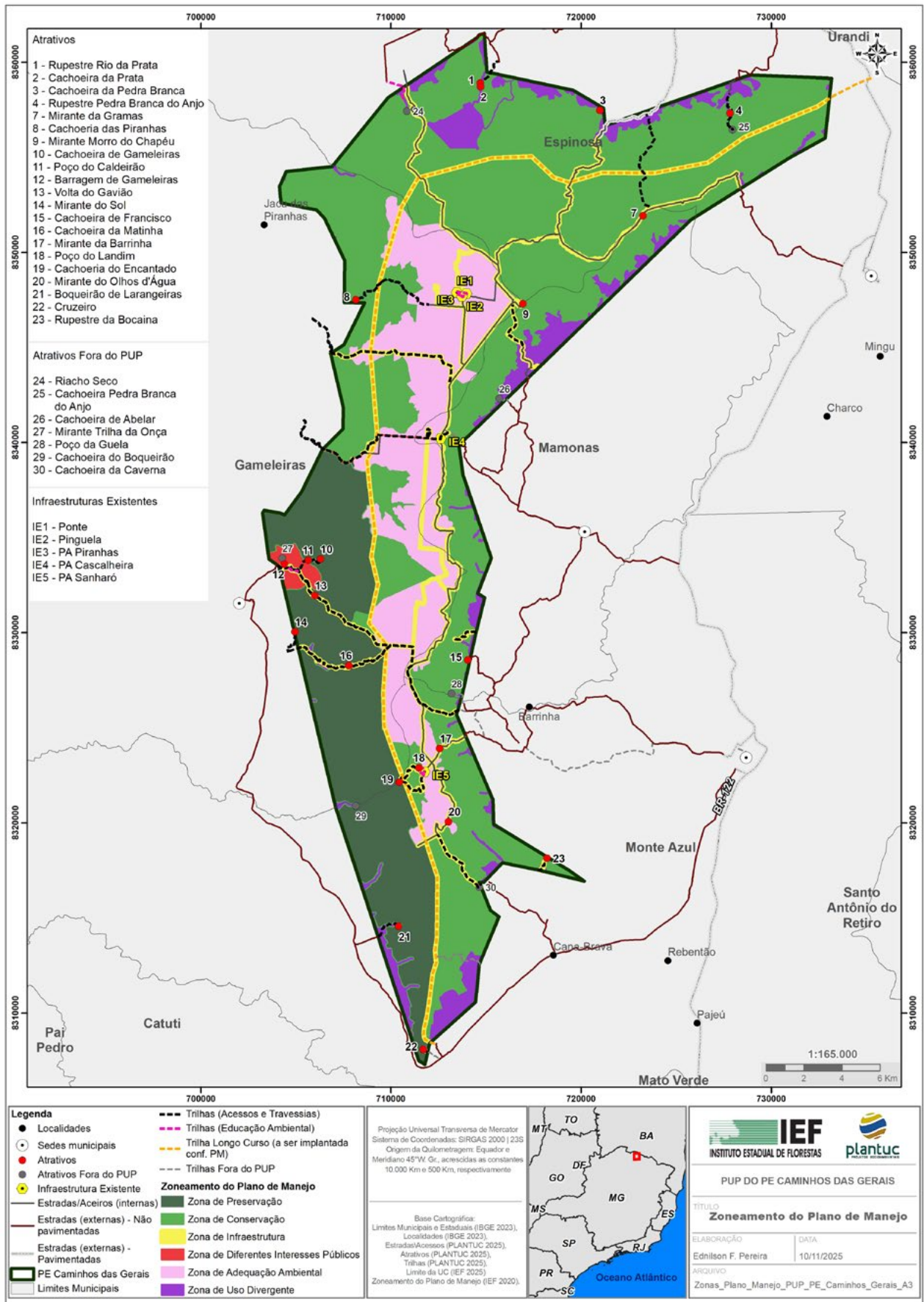
Importante destacar que, das 06 (seis) zonas estabelecidas pelo PM, 01 (uma) delas, a Zona de Preservação, não é condizente com o uso público. As demais zonas são passíveis de uso público, desde que devidamente regulamentadas e condizentes com o seu regramento específico.



Quadro 1: Zoneamento Ambiental do PECGerais.

Zoneamento Ambiental do PECGerais	
Zona de Preservação (17,94%)	É a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservados possível, não sendo admitidos usos diretos de quaisquer naturezas. Deve abranger áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, dos processos ecológicos e da evolução natural dos ecossistemas (ICMBio, 2018).
Zona de Conservação (58,61%)	É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana. Admite-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido o uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúnam características ecológicas especiais, como na Zona de Preservação (ICMBio, 2018).
Zona de Uso Divergente (5,79%)	É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação. Admite-se o estabelecimento de instrumento jurídico para a compatibilização da presença das populações com a conservação da área, garantindo-lhes segurança jurídica enquanto presentes no interior da unidade de conservação. Essas populações estarão sujeitas às ações de consolidação territorial pertinentes a cada situação (ICMBio, 2018).
Zona de Infraestrutura (0,42%)	É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidos da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área (ICMBio, 2018).
Zona de Adequação Ambiental (16,54%)	É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais, promover a recuperação do ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. O objetivo geral do manejo nesta zona é deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida. Trata-se de uma zona provisória, sendo que será incorporada a alguma das demais zonas permanentes após sua adequação (ICMBio, 2018).
Zona de Diferentes Interesses Públicos (0,69%)	É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse social, de necessidade pública, de utilidade pública ou de soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da unidade de conservação ou com os seus objetivos de criação (ICMBio, 2018).

Elaboração: PLANTUC, 2026, adaptado do Plano de Manejo do PECGerais, 2022.



2.6 Matriz FOFA do PECGerais

Para realizar um diagnóstico preciso e ressaltar a importância de uma unidade de conservação na região, é fundamental analisar o potencial turístico do destino. A integração do parque com o seu entorno depende de estratégias que considerem tanto o ambiente externo (fatores fora do controle da gestão que podem afetar o parque) quanto o ambiente interno (a situação atual da própria unidade). Uma das ferramentas eficazes para essa análise é a matriz SWOT (ou FOFA, em sua tradução para o português). Ela permite identificar as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças relacionadas à gestão. Esse método é amplamente utilizado no planejamento estratégico de áreas voltadas à conservação.

Com base nas informações coletadas durante as atividades de campo, foram identificados os principais pontos que descrevem a situação atual do PECGerais, conforme detalhado nas Quadro 2 e 3:

Quadro 2: Matriz FOFA Ambiente interno PECGerais.

AMBIENTE INTERNO	
Forças	Fraquezas
Gestor com experiência e comprometimento com o parque;	Não há demanda consolidada de visitação;
Equipe comprometida com o parque e o trabalho;	Desconhecimento do número real de visitantes devido à diversidade de acessos a atrativos relacionado à condição operacional;
Equipe de colaboradores formada, em sua grande parte, por pessoas das comunidades do entorno direto do parque;	Pouca sinalização turística;
Temas interpretativos diversos: paisagens cênicas, diversidade de espécies de fauna e flora de dois biomas (Caatinga e Cerrado), patrimônio cultural diverso associado ao tropeirismo e ao modo de vida catingueira e geraizeira, turismo religioso (cruzeiros);	Falta de resolução e conclusão da Regularização Fundiária;
O parque possui diversas áreas altas, com mirantes naturais que oferecem condições de avistar belezas cênicas e paisagens do entorno, como: outras UCs, Serras e Cadeias de Montanha, atrativos do parque, comunidades do entorno entre outros;	Não é permitido banho em grande parte das cachoeiras por terem captação de água para o abastecimento das comunidades vizinhas;
Atividades de pesquisa no interior da UC;	Número de funcionários insuficiente em relação ao tamanho da UC para apoio ao controle e gestão da visitação;

Prestação de serviços ecossistêmicos por meio do fornecimento de água para as comunidades do entorno;	Pouca Infraestrutura de apoio à visitação (centro de visitante, área de camping, mirantes, banheiros públicos, portaria/controlado de acesso, sede administrativa, entre outros);
Integração e boa relação com as comunidades vizinhas ao Parque;	Alguns atrativos possuem acesso por meio de propriedades não regularizadas, onde seus proprietários não permitem a visitação;
Desenvolvimento de atividades de educação ambiental com escolas e alunos das comunidades da região;	Falta de serviços para atendimento ao turista dentro do parque como, por exemplo, hospedagens, alimentação, condução de visitantes, entre outros;
Rede de trilhas diversas, entretanto, ainda não consolidadas/manejadas, mas com potencial para implantação de trilhas para os atrativos e travessias;	As estradas não pavimentadas de acesso direto ao Parque para as partes altas (subidas para a serra) não possuem boas condições para tráfego de veículos de passeio, sendo somente possível o acesso por veículos 4x4;
Possibilidade de oferta de atrativos/atividades diversificadas, com experiências de visitação que incluem: atrações hídricas, pinturas rupestres, trilhas de longo curso, mirantes, atividades esportivas entre outros.	A estrutura da Barragem de Gameleiras está interdita pelos órgãos fiscalizadores devido ao risco de segurança causado pela falta de manutenção ao longo da história de existência e processo jurídico de responsabilidade pela CODEVASF.

Elaboração: PLANTUC, 2026.

Quadro 3: Matriz FOFA Ambiente externo PECGerais

AMBIENTE EXTERNO	
Ameaças	Oportunidades
Ausência de Sedes e Pontos de Apoio Institucional nos acessos à UC;	Potencial para a criação de serviços de apoio ao turismo nas comunidades do entorno, tais como: hospedagem, serviços de alimentação, áreas para estacionamento, condução de visitantes, comercialização de souvenirs, produtos típicos e atividades de turismo de aventura e turismo cultural (coleta de frutos endêmicos e atividades rurais);
Acessos e atrativos em propriedade particular;	Incluir a comunidade do entorno na operação e gestão dos futuros e potenciais empreendimentos/serviços destinados ao visitante;
Falta de planejamento de turismo regional e integrado entre os 04 (quatro) municípios do entorno, o que pode ocasionar um turismo desordenado;	Investir na integração/conexão da identidade cultural das comunidades vizinhas, empoderando as pessoas para possibilidades de prestação de serviços que agreguem valor à experiência dos visitantes, principalmente nos atrativos hídricos localizados na borda da UC;

Perda da identidade cultural das comunidades do entorno devido ao turismo desordenado;	Turismo comunitário como potencial a ser desenvolvido nas comunidades do entorno;
Comprometimento da qualidade da água captada pelas comunidades nos cursos d'água do PECGerais, causado pela visitação desordenada em atrativos hídricos, vindo a comprometer a qualidade de vida da população do entorno;	As estradas não pavimentadas existentes no entorno do parque, para circulação entre as comunidades, possuem boas condições de tráfego por veículos de passeio;
O acesso à Cachoeira do Boqueirão fica em propriedade particular e existe conflito para o acesso ao atrativo;	Fomentar a criação, ampliar e qualificar a produção e comercialização de produtos feitos na região, para oferecer maior qualidade aos turistas;
Sem sinalização turística na cidade e nas vias de acesso referente ao PECGerais;	Explorar a criação de rotas turísticas para os atrativos hídricos do parque, unindo-os a passeios conduzidos em parceria com as comunidades do entorno, que poderão oferecer serviços de apoio.
A UC está distante dos núcleos urbanos, locais onde há maior concentração de serviços de apoio ao uso público das UCs (hospedagem, alimentação etc.);	
Falta de capacitações voltadas para o turismo (condutores de visitantes, meios de hospedagem e prestadores de serviços de alimentação voltados ao turista, entre outros);	
Falta de marketing voltado para o PECGerais no trade turístico regional;	
Falta de integração dos serviços que atendem o turismo na região, ou seja, os proprietários e colaboradores destes empreendimentos não possuem conhecimento sobre a oferta turística do parque;	
Falta ou baixa de serviços de apoio ao turista nas comunidades vizinhas à UC, como: meios de hospedagem, serviços de alimentação, condução de visitantes, entre outros.	

Elaboração: PLANTUC, 2026.



2.7 Objetivos Estratégicos do Plano de Uso Público

O PUP caracteriza-se como um instrumento técnico de cunho programático e não normativo que consolida estratégias e prioridades para fomentar a visitação nas unidades de conservação. Seu objetivo central é qualificar a experiência do visitante e diversificar as atividades oferecidas, orientando o manejo de forma estratégica. O plano pode ser expandido por projetos específicos, como planos de segurança, manejo de trilhas e modelos de concessão, que passam a integrar seu portfólio após a aprovação. Vale ressaltar que quaisquer regras impositivas devem ser estabelecidas via atos normativos próprios, dada a natureza orientadora do plano.

Portanto, o Plano de Uso Público funciona como um roteiro estratégico para a gestão de visitantes nas UCs. Com o propósito de fundamentar uma política que impulse e organize a visitação, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Diversificar as oportunidades de visitação, aumentando a geração de negócios e renda para possíveis investidores interessados, preferencialmente provenientes do entorno, se houver;
- Aprimorar as experiências dos visitantes;
- Reduzir as pressões sobre os recursos naturais e a biodiversidade;
- Promover o ordenamento das atividades de visitação;
- Estimular um maior engajamento dos atores locais.

A consolidação do PUP do PECGerais visa aperfeiçoar o planejamento e a gestão da visitação na unidade. Espera-se que essa estruturação mitigue as pressões sobre a biodiversidade e os recursos naturais, ao mesmo tempo em que fomenta a participação dos atores locais. Além disso, o plano possibilitará a expansão das atividades turísticas, gerando novas oportunidades de renda para as comunidades da região.



3.

Planejamento da visitaçã

3.1 Visão de Futuro do Uso Público

A visão de futuro serve como um orientador para o desenvolvimento do planejamento da visitação. Durante a elaboração do PUP, foi realizada uma oficina de planejamento envolvendo diversos atores, além do poder público municipal e estadual, momento em que foi consolidada a Visão de Futuro do Uso Público do PECGerais:

Quadro 4: Visão de Futuro do Uso Público do PECGerais.

“Ser reconhecido como guardião das águas, da biodiversidade e como espaço de memória viva do Norte de Minas, que conecta biomas (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga) e comunidades tradicionais (caatingueiros, quilombolas, geraizeiros e ribeirinhos), atuando como um território de conservação e visitação consciente, por meio da oferta de atividades de turismo comunitário, com destaque para travessias históricas, trilhas interpretativas, experiências culturais, e iniciativas de ciência cidadã e educação ambiental, consolidando-se, portanto, como um vetor de desenvolvimento responsável para a região.”

Elaboração: PLANTUC, 2026

3.2 Número Balizador da Visitação (NBV)

O manejo da visitação em unidades de conservação requer instrumentos que auxiliem na conciliação entre a qualidade da experiência do visitante e a proteção dos recursos naturais e culturais. Nesse contexto, o Número Balizador da Visitação (NBV) foi proposto pelo ICMBio como uma referência quantitativa que indica a capacidade de visitação diária de uma área ou atividade específica, em função das condições de manejo existentes (MMA, 2011).

O NBV não deve ser entendido como um limite fixo de visitantes, mas sim como uma referência dinâmica, sujeita a revisões periódicas, conforme as condições de infraestrutura, serviços, segurança e manejo da visitação sejam alteradas. Ele é aplicável apenas em situações em que o controle de fluxo é operacionalmente viável e necessário para garantir a qualidade da experiência do visitante e evitar impactos negativos sobre o patrimônio natural e cultural da unidade (MMA, 2011).

Metodologia de cálculo

O cálculo do NBV parte da identificação das condições de manejo da visitação em cada atrativo ou atividade priorizada. Esses elementos são denominados fatores limitantes de manejo e podem incluir: espaço físico disponível (m² ou metros lineares por pessoa), equipamentos de segurança e apoio, serviços disponíveis (condutores, monitores, transporte), tempo necessário para a atividade, infraestrutura de apoio (banheiros, passarelas, áreas de descanso), e número de servidores envolvidos no manejo (MMA, 2011).

Esses fatores são analisados de forma combinada para definir o número máximo de visitantes por dia em determinado atrativo. A metodologia utiliza planilhas que permitem cruzar dados como tempo disponível (TO), tempo necessário (TN), e a relação entre a área/infraestrutura disponível e a área/infraestrutura necessária por visitante. Dessa forma, calcula-se o número de visitas (NV) que cada fator limitante suporta, que resulta em um valor balizador (ICMBio, 2011).

A estimativa do Número Balizador de Visitação (NBV) baseia-se na relação entre o tempo disponível para a visitação, o tempo necessário para a realização da atividade e a capacidade espacial do atrativo. Inicialmente, calcula-se o número de visitas possíveis em função do tempo disponível, por meio da seguinte relação:

$$NV = TO / TN$$

em que:

- NV = número de visitas possíveis por dia;
- TO = tempo disponível para a atividade em um dia;
- TN = tempo necessário para a realização da atividade por visitante ou grupo.

A partir deste resultado, aplica-se a relação com a capacidade espacial do atrativo, obtendo-se o Número Balizador de Visitação (NBV), conforme apresentado na metodologia de monitoramento dos impactos da visitação em unidades de conservação

$$NBV = (D / N) \times NV$$

em que:

- NBV = número balizador de visitação;
- D = dimensão ou espaço disponível para uso público no atrativo;
- N = espaço necessário por visitante ou grupo;
- NV = número de visitas possíveis por dia em função do tempo disponível.

O valor obtido representa uma estimativa inicial de visitação, devendo posteriormente ser ajustado conforme fatores limitantes relacionados à fragilidade ambiental, à infraestrutura disponível, ao manejo da visitação e aos indicadores de monitoramento de impactos, conforme orientações metodológicas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2018).

Aplicação e revisão

O NBV deve ser estabelecido de maneira transparente e com critérios objetivos, podendo ser divulgado sempre que necessário. Ele serve como instrumento de manejo para subsidiar decisões de gestão da visitação e orientar ações de ordenamento em atrativos mais sensíveis ou com alta demanda (ICMBio, 2011).

Além disso, o NBV precisa ser revisto ciclicamente. Caso o monitoramento indique que os impactos da visitação estão acima do aceitável, mesmo sem alteração nas condições iniciais, o NBV deve ser reduzido. Por outro lado, melhorias de infraestrutura e serviços podem permitir sua ampliação. Da mesma forma, a degradação das condições pode levar a reduções obrigatórias (ICMBio, 2011).

Assim, o NBV constitui-se em um instrumento flexível de gestão, que integra o planejamento do uso público, apoia a tomada de decisão e assegura que a visitação se mantenha compatível com os objetivos de conservação da unidade (ICMBio, 2011).

O Quadro 5 apresenta o resumo do NBV:

Quadro 5: Quadro Resumo do NBV.

QUADRO - RESUMO DO NBV		
ELEMENTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLO APLICADO EM ATRATIVO
Fórmula	$NV = TO / TN$	
TO – Tempo disponível	Tempo diário em que o atrativo está aberto à visitação	6 horas/dia
TN – Tempo necessário	Tempo médio de permanência ou realização da atividade por visitante/grupo	1 hora por grupo
Espaço físico disponível	Área útil para visitação, calculada em m ² ou metros lineares por visitante	Mirante com 100 m ²
Espaço necessário por visitante	Área mínima considerada confortável e segura por pessoa (definida pela gestão)	2 m ² por pessoa
Infraestrutura e serviços	Estruturas de apoio e serviços que limitam a visitação	Nº de condutores, banheiros
NBV Final	Ajuste do número de visitantes considerando os fatores limitantes identificados	50 visitantes/dia

Elaboração: PLANTUC, 2026, adaptado ICMBIO, 2011

Os parâmetros utilizados para estimar o Número Balizador da Visitação (NBV) consideram a relação entre a disponibilidade espacial dos atrativos e a necessidade mínima de espaço por visitante, a fim de garantir condições adequadas de segurança, conforto e qualidade da experiência. Conforme orienta o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação do ICMBio, diferentes tipos de atrativos podem demandar parâmetros distintos, como área em metros quadrados ou extensão linear por visitante em estruturas de observação. Em atividades de caminhada em trilhas, por exemplo, utiliza-se como referência a necessidade média

de aproximadamente 2 m² por visitante, enquanto, em mirantes e estruturas de observação da paisagem, considera-se a disponibilidade de 1 metro linear por visitante ao longo da linha de visada ou do guarda-corpo. Isso evita aglomeração e permite a fruição adequada da paisagem. Esses parâmetros são utilizados como referência para o cálculo dos fatores limitantes de manejo que compõem o NBV, sendo posteriormente ajustados de acordo com as condições específicas de cada atrativo e com as estratégias de manejo adotadas pela unidade de conservação (ICMBio, 2018).

Dessa forma, foram estabelecidos pela Gerência da Unidade, juntamente com a equipe do Plano de Uso Público, alguns atrativos apresentados no Quadro 6, que, diante dos critérios apresentados acima, são prioritários para a composição do NBV, sendo:

Quadro 6: Setor e atrativos do PECGerais.

Setor	Atrativo
Setor Norte	Pinturas rupestres Pedra Branca do Anjo
	Cachoeira da Pedra Branca
	Cachoeira da Prata e Pinturas Rupestres
Setor Leste	Cachoeira de Francisco
	Mirante Morro do Chapéu
	Cachoeira das Piranhas
Setor Sul	Boqueirão das Laranjeiras
	Cruzeiro
	Cachoeira do Encantado
Setor Oeste	Mirante do Sol
	Cachoeira de Gameleiras

Elaboração: PLANTUC, 2026

Conforme explicado anteriormente, apresenta-se a seguir o Quadro 7 de cálculo, contendo o NBV de cada atrativo selecionado no PECGerais:

Quadro 7 NBV atrativos do PECGerais.

Atividades por lugar de visitação	TO	TN	NV	D	N	Valor do fator	Unidade de cálculo
Pinturas rupestres Pedra Branca do Anjo (Setor Norte)	08:00	02:00	4	100	4	100	pessoas
Cachoeira da Pedra Branca (Setor Norte)	08:00	03:00	3	50	2	75	pessoas
Cachoeira da Prata e Pinturas Rupestres (Setor Norte)	08:00	02:00	4	50	2	100	pessoas
Boqueirão das Laranjeiras (Setor Sul)	08:00	01:30	4	40	2	80	pessoas
Mirante do Sol (Setor Oeste)	08:00	03:00	3	30	1	90	pessoas
Cachoeira de Gameleiras (Setor Oeste)	08:00	02:00	4	50	2	100	pessoas
Cruzeiro (Setor Sul)	08:00	02:00	4	30	2	60	pessoas
Cachoeira do Encantado (Setor Sul)	08:00	02:00	4	30	2	60	pessoas
Cachoeira de Francisco (Setor Leste)	08:00	01:30	4	40	2	80	pessoas
Mirante Morro do Chapéu (Setor Leste)	08:00	01:00	4	50	2	100	pessoas
Cachoeira das Piranhas (Setor Leste)	08:00	03:00	3	50	2	75	pessoas
TOTAL						920	pessoas

Elaboração: PLANTUC, 2026.

Embora o Número Balizador da Visitação (NBV) constitua uma referência importante para o ordenamento do uso público, seu valor, isoladamente, não é suficiente para garantir o controle dos impactos decorrentes da visitação. Nesse sentido, conforme orienta o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2018), a gestão do uso público deve estar associada à implementação de um conjunto de indicadores de monitoramento que permitam avaliar continuamente as condições ambientais dos atrativos, a intensidade de uso e a qualidade da experiência do visitante.

Os indicadores de monitoramento devem ser definidos de forma compatível com a realidade da unidade, priorizando áreas com maior sensibilidade ambiental, maior intensidade de uso ou maior vulnerabilidade a impactos. Para o Parque Estadual Caminho dos Gerais, recomenda-se a adoção inicial de indicadores operacionais simples, passíveis de aplicação pela equipe gestora, que permitam acompanhamento sistemático e subsidiem ajustes nas estratégias de manejo.

Considerando o diagnóstico realizado, destacam-se como áreas prioritárias para monitoramento:

- Trilha de acesso ao Mirante do Sol, com atenção à compactação do solo, alargamento da trilha e presença de resíduos;

- Trechos de trilhas em áreas úmidas ou alagadiças, sujeitos a processos erosivos e à degradação da vegetação;
- Áreas com ocorrência de pinturas rupestres, com monitoramento de vandalismo, pichações e aproximação indevida;
- Trechos onde trilhas se encontram próximas às tubulações de captação de água para comunidades, com risco de contaminação ou interferência no sistema;
- Sistema de drenagem de estradas, com avaliação de processos erosivos e assoreamento;
- Área da barragem de Gameleiras, considerando a visita informal e a ocorrência de resíduos, ruídos, depredação e erosão;
- Trilha e atrativo da Cachoeira da Pedra Branca, com monitoramento de uso recreativo, impactos em áreas de banho e estabilidade das margens;
- Áreas com registro de vandalismo, pichações e danos naturais ou culturais;
- Qualidade da água em áreas de banho e de maior concentração de visitantes;
- Locais com descarte irregular de resíduos, incluindo mirantes, áreas de camping e atrativos hídricos.

Os indicadores associados a esses pontos poderão contemplar, entre outros aspectos, a condição física das trilhas, a presença de lixo, sinais de erosão, qualidade da água, ocorrência de danos ao patrimônio natural e cultural, e registros de uso inadequado. A coleta periódica dessas informações permitirá avaliar tendências de impacto ao longo do tempo e subsidiar decisões, como restrição de acesso, redirecionamento de fluxos, implantação de infraestrutura ou intensificação de ações de monitoramento e educação ambiental.

3.3 Setores, Atrativos e Classificação de Experiências de Visitação na UC

Os atrativos que representam os locais de interesse da visitação do PECGerais foram organizados de acordo com a visão integrada da equipe técnica responsável pelo PUP e do gestor da UC, sendo definidos de acordo com critérios estratégicos (localização geográfica dos municípios, tipos de uso e acesso). Os 4 (quatro) setores são:

- Setor 01: Norte (Espinosa)
- Setor 02: Leste (Mamonas e Gameleiras)
- Setor 03: Sul (Monte Azul)
- Setor 04: Oeste (Gameleiras)

A estruturação do planejamento para o uso público da UC baseou-se no Rol de Oportunidades de Visitação em UCs (ROVUC), instrumento do ICMBio (2020) que organiza os atrativos conforme a experiência de visitação. Essa classificação fundamenta-se em parâmetros biofísicos, socioculturais e de manejo do ambiente.

Como ferramenta de gestão, o ROVUC representa uma evolução dos métodos globais de ordenamento de atividades em UCs. O instrumento incorpora inovações do setor turístico ao priorizar a dimensão da experiência. Sua metodologia categoriza as oportunidades de visitação considerando variáveis complexas, como as características dos ambientes, o nível de preservação, o padrão dos atrativos e a capacidade de inovação que novas modalidades de uso público podem trazer à unidade, diversificando as atividades para os visitantes.

O Quadro 8 a seguir apresenta uma caracterização geral da UC sob a ótica de um destino turístico integrado. Ao analisar os aspectos biofísicos, socioculturais e de manejo, o diagnóstico oferece um retrato fiel de sua inserção regional, interações e governança voltada ao uso público. A matriz auxilia no processo de entender a UC como um destino turístico.



Foto: Frederico Prates

Quadro 8: Caracterização Geral do PECGerais.

UC	ROVUC – Caracterização geral do PECGerais
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PECGerais</p>	<p>BIOFÍSICO</p> <p>- Ambiente interno O Parque Estadual Caminho dos Gerais abrange uma área de 56.237 ha, inserida no ecótono entre a Caatinga e o Cerrado, com formações de cerrado sensu stricto, campo rupestre, floresta estacional decidual e semidecidual, veredas e caatinga arbustiva. A diversidade de ambientes confere elevada biodiversidade, presença de espécies endêmicas e expressiva beleza cênica. As mais de 300 nascentes presentes na UC alimentam córregos e rios que formam cachoeiras e poços naturais, configurando importantes atrativos hídricos. Do ponto de vista turístico, esses recursos possuem potencial para atividades de visitação de baixo impacto, como trilhas interpretativas, observação de fauna e flora, contemplação da paisagem e banho controlado em cachoeiras.</p> <p>- Ambiente externo O entorno do parque é caracterizado por paisagens de serras, chapadas e depressões associadas à Serra Geral, onde predominam áreas de Caatinga e Cerrado em distintos graus de conservação. A presença de cursos d’água e veredas proporciona serviços ecossistêmicos essenciais, especialmente o abastecimento de comunidades rurais vizinhas. Sob a perspectiva turística, o território do entorno se destaca pelo valor cênico e pelas possibilidades de roteiros integrados que conectam o parque às comunidades rurais, associando recursos naturais a experiências culturais e de base comunitária.</p>
	<p>SOCIOCULTURAIS</p> <p>- Ambiente interno No interior da UC há sítios arqueológicos com grafismos rupestres e caminhos históricos vinculados à antiga Rota do Sal, ainda utilizados por moradores locais para manutenção de captações de água. Esses elementos reforçam o vínculo entre natureza e cultura, compondo um patrimônio que pode subsidiar atividades de educação ambiental, turismo cultural e pedagógico. A relação cotidiana das comunidades vizinhas com o parque contribui para a conservação e pode ser integrada à oferta de experiências turísticas autênticas, que valorizem o conhecimento tradicional e o modo de vida regional.</p> <p>- Ambiente externo O entorno é marcado pela identidade do povo do norte de Minas, representada pelos geraizeiros e caatingueiros, cujas práticas e saberes moldam a paisagem cultural. Festas populares, religiosidade, produção artesanal e o modo de vida rural expressam potencial para o turismo cultural e de base comunitária.</p>
	<p>MANEJO</p> <p>- Ambiente interno A gestão da unidade é conduzida pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG) e envolve ações de prevenção e combate a incêndios, monitoramento da fauna/flora e da visitação, e parcerias com instituições de pesquisa e organizações sociais. O manejo contínuo dos setores e o registro de indícios de caça, usos indevidos e observação de fauna contribuem para o planejamento adaptativo.</p> <p>- Ambiente externo No ambiente externo, o manejo depende da cooperação entre o IEF, os municípios e as comunidades locais. As parcerias estabelecidas no âmbito do PIPCIF, das ações de educação ambiental e do circuito turístico regional são fundamentais para reduzir pressões sobre o território e fortalecer práticas sustentáveis.</p>

Elaboração: PLANTUC, 2026, adaptado ICMBIO, 2018

Para além, o ROVUC ainda define a Classe de Experiência de Visitação para os atrativos da Unidade de Conservação.

A Matriz de classes do ROVUC apresenta a transição dos indicadores de grau de intervenção dentro dos atributos Biofísico, Sociocultural e de Manejo das unidades de conservação, estabelecendo balizas claras que diferenciam as cinco classes de experiências: Prístina, Natural, Seminatural, Ruralizada e Urbanizada. Para compreender a matriz, a primeira linha apresenta o nome das classes que compõem o rol de oportunidades de visitação em UCs. As linhas abaixo do nome compreendem a variação dos indicadores, dentro dos atributos biofísico, sociocultural e de manejo das UCs. A leitura das linhas da Matriz é realizada da esquerda para a direita e apresenta um gradiente de experiências que varia desde a visitação em locais com a máxima naturalidade, mínima intervenção humana e baixa presença de visitantes (classe Prístina) até aquelas oportunidades que ocorrem em locais com grande infraestrutura, serviços, facilidade de aces acessos, alteração do ambiente natural e alto nível de interação humana (classe Urbanizada) (BRASIL, 2000).



Portanto, conforme apresentado no diagnóstico, definiu-se que o PECGerais possui as seguintes classes de experiência (Quadro 9):

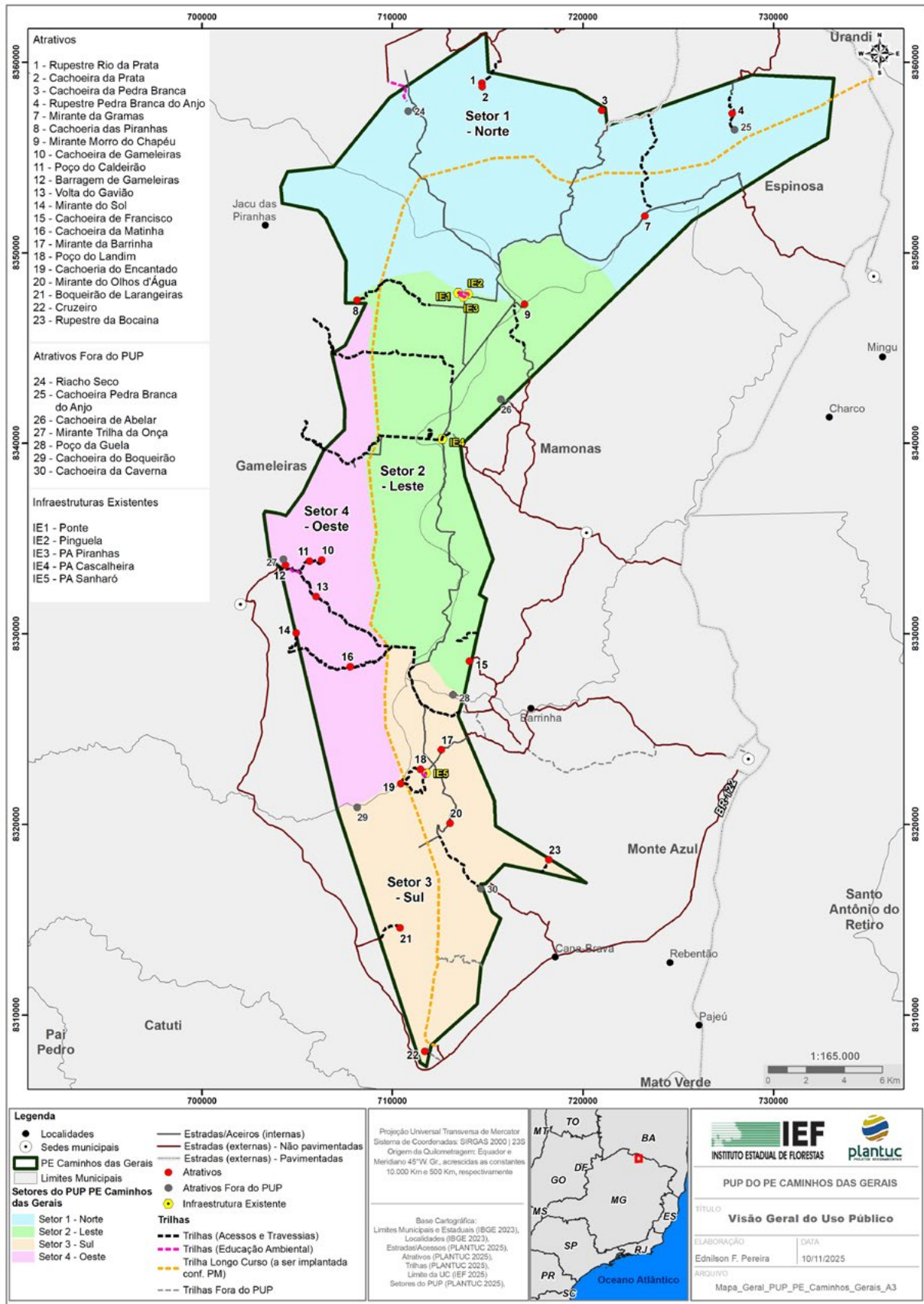
Quadro 9: Classe de experiências dos setores

Classes de experiência ROVUC identificados no PECGerais	
Classe de Experiência	Grau de Intervenção dos atrativos e seus atributos
Prístina	Visitação de baixo grau de intervenção: corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou de atividades motorizadas.
Natural	Visitação de médio grau de intervenção: é possível experimentar alto grau de naturalidade do ambiente, no entanto, é possível detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O acesso a essas áreas pode ser realizado por veículos motorizados. Em ambientes terrestres, as estradas em geral não são pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são mais comuns e, nas unidades de conservação de uso sustentável, pode haver a presença de moradores isolados possibilitando experimentar o modo de vida local. A infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e da proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante. São exemplos: pontes, pequenas edificações, mirantes, escadas, decks, acampamentos, abrigos, banheiros, estradas com revestimento permeável etc.
Seminatural ou Ruralizado	Visitação de alto grau de intervenção: a visitação é intensiva e planejada para atender a uma maior demanda. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação podem ser frequentes entre os visitantes, funcionários e a comunidade local. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões. Há mais atenção à segurança dos visitantes, à proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos e menos ênfase em promover autonomia ou desafios. A infraestrutura geralmente é mais desenvolvida, com a presença comum de edificações e estradas, inclusive pavimentadas, podendo resultar em alterações significativas da paisagem. Centro de visitantes, museus, auditórios, estacionamentos, postos de gasolina, estradas pavimentadas, piscinas, hotéis, pousadas, teleféricos, pistas de pouso, paisagismo e estábulos podem ocorrer nas zonas de manejo com alto grau de intervenção, dependendo da categoria de manejo da UC.

Elaboração: PLANTUC, 2026, adaptado ICMBIO, 2018

A seguir, o Mapa 02 do PECGerais com a localização dos 4 (quatro) setores e seus atrativos:

Mapa 02: Localização dos Setores PUP e Atrativos.



3.3.1 Setor 1: Norte (Espinosa)

Caracterização

O Setor 01: Norte (Espinosa) localiza-se na porção norte do PECGerais, próximo à divisa entre Minas Gerais e Bahia, tendo o município de Espinosa como referência territorial. Apresenta fisionomia ambiental singular no contexto da unidade de conservação, marcada pela predominância de formações típicas da Caatinga. O setor concentra diversos atrativos, sobretudo na borda do parque, destacando-se as cachoeiras da Pedra Branca e da Prata, ambas com poços para banho, além de expressivos paredões rochosos com registros de grafismos rupestres, que evidenciam a relevância histórica, cultural e arqueológica da região.

O setor abriga importantes percursos e pontos de interesse, como a Trilha do Riacho Seco, com potencial para ações de educação e interpretação ambiental, onde se observam vestígios do modo de vida tradicional, a exemplo de muros de pedra e uma antiga cacimba desativada. Outro destaque é a Trilha da Pedra Branca, que possibilita o acesso a áreas de maior altitude do parque e se conecta à rede viária interna, conduzindo ao Mirante das Gramas, ponto de elevada relevância cênica e paisagística, com amplas visadas para a Serra Geral, integrante da Serra do Espinhaço. O setor também é atravessado por um trecho da Trilha de Longo Curso, ainda em fase de planejamento, que promove a integração de diferentes ambientes ao longo do parque.

Do ponto de vista do acesso e da gestão, o Setor 01 dispõe de três entradas para veículos, localizadas nas regiões das Gramas, da Cachoeira da Pedra Branca e do Riacho Seco, integradas às estradas e aceiros internos do parque, fundamentais para as atividades de gestão, fiscalização e monitoramento ambiental. Ressalta-se que, com exceção do Mirante das Gramas, os atrativos possuem acesso por propriedades particulares, demandando a formalização de parcerias com os proprietários. Embora apresente potencial para o desenvolvimento do turismo comunitário associado ao uso sustentável e à integração com as comunidades locais, alguns atrativos mapeados, como a Cachoeira da Pedra Branca do Anjo e a Cachoeira do Riacho Seco, não foram incluídos no PUP por se tratar de áreas de manancial não favoráveis ao uso público.

Desta forma, o PUP para o Setor 01 abarca os seguintes atrativos:

- Mirante das Gramas
- Cachoeira da Pedra Branca, Deoclécio e Sidnei
- Cachoeira da Prata e Pintura Rupestre
- Pinturas Rupestre Pedra Branca do Anjo
- Trilhas:
 - Trilha do Riacho Seco (Educação Ambiental)
 - Trilha Longo Curso (a ser implantada conforme PM)
 - Trilha Pedra Branca

Atividades e Perfil do visitante atual / Atividades e Perfil do visitante potencial

3.3.1.1 Inventário de Atrativos, Infraestrutura Existente e Oportunidades de experiência da visitação (ROVUC)

O Quadro 10 a seguir apresenta o Inventário dos Atrativos do Setor 01, contemplando a classificação ROVUC vigente, definida a partir do grau de intervenção, das atividades recreativas e socioculturais associadas, do nível de isolamento e da naturalidade do ambiente de cada atrativo. O quadro inclui ainda o zoneamento correspondente conforme o plano de manejo, a caracterização dos acessos, a identificação da infraestrutura atualmente existente, a relação das atividades e serviços atualmente ofertados, bem como uma imagem ilustrativa de cada atrativo, oferecendo uma visão integrada e sistematizada das condições atuais de uso público no setor.



Foto: Frederico Prates

Quadro 10: Inventário dos Atrativos no Setor 01

Inventário dos Atrativos no Setor 01

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Cachoeira da Pedra Branca	Natural	Uso Divergente	Trilha de aprox. 400m, dificuldade baixa Trilha bem demarcada e com piso regular / Deslocamento final no leito do curso d'água / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Conjunto de quedas d'água em meio à mata ciliar, com alta atratividade para recreação e contemplação	<i>Atividade:</i> Contemplação e Banho <i>Serviço:</i> Inexistente	
Mirante das Gramas	Prístina	Infraestrutura	Estrada não pavimentada, com aprox. 6,5km a partir do limite da UC / Via em estado de conservação ruim, tráfego possível somente em veículo 4x4 e Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Belvedere de contemplação da paisagem do entorno (Serra Geral / Serra do Espinhaço)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Cachoeira da Prata	Prístina	Uso Divergente	Trilha de aprox. 2,35km, dificuldade média Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Deslocamento final no leito do curso d'água / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Queda d'água de médio porte, com poço para banho	<i>Atividade:</i> Contemplação e Banho <i>Serviço:</i> Inexistente	
Rupestre da Rio da Prata	Prístina	Uso Divergente	Trilha de aprox. 2km, dificuldade média Atrativo está na mesma trilha de acesso à Cachoeira da Prata / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Conjunto de grafismo rupestre em paredão rochoso	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	

Inventário dos Atrativos no Setor 01

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Rupestre Pedra Branca do Anjo	Prístina	Uso Divergente	Trilha de aprox. 1,5km, dificuldade média Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Deslocamento final no leito do curso d'água / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Conjunto de grafismos rupestres em extenso paredão rochoso	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha Riacho Seco (Educação Ambiental)	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 1,8km, dificuldade baixa Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Trilha temática voltada à temática histórico-cultural e sensibilização ambiental	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha da Pedra Branca	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 6km, dificuldade alta Trilha sem manejo / Conexão do Estrada / Aceiro no interior da UC / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha de Longo Curso	Prístina	Infraestrutura	Trilha de longo Curso de aprox. 73km, dificuldade alta (sendo que aprox. 30km está no Setor 01) Trilha a ser implantada conforme definição do Plano de Manejo / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Trilha cênica, de longo curso, no eixo sul-norte da UC. com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	

Fotos: Frederico Prates, 2025

Elaboração: PLANTUC, 2026

3.3.2 Setor 2: Leste (Mamonas e Gameleiras)

Caracterização

O Setor 02: Leste (Mamonas e Gameleiras) do PECGeraias caracteriza-se por um mosaico ambiental composto predominantemente por Cerrado, associado a campos rupestres e áreas de vereda, configurando elevada relevância ecológica e paisagística. O setor concentra as maiores altimetrias da unidade de conservação, com a maioria de seus atrativos e infraestruturas situados em áreas centrais e mais elevadas. Destaca-se ainda a presença de extensas áreas em processo de adequação ambiental, decorrentes de antigos plantios de eucalipto, atualmente submetidos às ações de recuperação e visando à restauração dos ecossistemas nativos. Territorialmente, o setor está majoritariamente vinculado ao município de Mamonas, com menor inserção no município de Gameleiras.

No âmbito da infraestrutura e do uso público, o setor conta com dois Pontos de Apoio estratégicos: o Ponto de Apoio (PA) Cascalheira, voltado às atividades de gestão, e o PA Piranhas, destinado a ações de educação ambiental e pesquisa científica. A Trilha Vereda das Piranhas configura-se como circuito estruturado para educação ambiental, proporcionando experiências de aprendizagem integradas à observação da biodiversidade, da geologia e da paisagem local. O setor é atendido por uma rede de trilhas tradicionais, oriundas das comunidades da borda leste, além de estradas e aceiros que asseguram a conectividade interna e a circulação institucional, com potencial de conversão em estradas-parque, para a ampliação de experiências imersivas e ordenadas de uso público.

Entre os principais atrativos naturais destacam-se o Mirante Morro do Chapéu, com visão panorâmica de 360° de toda a unidade, e a Cachoeira das Piranhas, acessada por trilha de aproximadamente 6km em ambiente de Cerrado, culminando em vistas expressivas do vale e da porção oeste do parque. Nas áreas de menor altitude, localiza-se a Cachoeira de Francisco, com acesso por propriedade particular e potencial para o turismo comunitário, condicionado à formalização de parcerias com os proprietários. O setor também é atravessado por trecho da Trilha de Longo Curso, ainda em fase de planejamento, e possui acesso viário principal a partir da sede de Mamonas, integrado à malha viária institucional do parque. Ressalta-se que a Cachoeira de Abelar, embora mapeada, não foi incluída no PUP por tratar-se de área particular, antropizada e sem potencial efetivo para uso público.

Assim, o PUP para o Setor 02 abarca os seguintes atrativos:

- PA Cascalheira
- PA Piranhas
- Cachoeira de Francisco
- Mirante Morro do Chapéu
- Cachoeira das Piranhas

- Trilhas:
 - Gado Bravo
 - Vereda das Piranhas (Educação Ambiental)
 - Longo Curso (a ser implantada conforme PM)

3.3.2.1. Inventário de Atrativos, Infraestrutura Existente e Oportunidades de experiência da visitação (ROVUC)

O Quadro 11 a seguir apresenta o Inventário dos Atrativos do Setor 02, contemplando a classificação ROVUC vigente, definida a partir do grau de intervenção, das atividades recreativas e socioculturais associadas, do nível de isolamento e da naturalidade do ambiente de cada atrativo. O quadro inclui ainda o zoneamento correspondente conforme o plano de manejo, a caracterização dos acessos, a identificação da infraestrutura atualmente existente, a relação das atividades e serviços hoje oferecidos, bem como uma imagem ilustrativa de cada atrativo, oferecendo uma visão integrada e sistematizada das condições atuais de uso público no setor.



Quadro 11: Inventário dos Atrativos no Setor 02

Inventário dos Atrativos no Setor 02

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Cachoeira das Piranhas	Prístina	Conservação	Trilha de aprox. 5,8km, dificuldade alta Trilha sem manejo / Deslocamento final no leito do curso d'água / Baixa variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Conjunto de corredeiras e poços que culminam na parte alta da Cachoeira das Piranhas. Mirante para o vale do Rio das Piranhas. (Não permitido o Banho)	Atividade: Inexistente Serviço: Inexistente	
Mirante das Gramas	Prístina	Infraestrutura	Estrada não pavimentada, com aprox. 8,5km a partir do limite da UC. Via em estado de conservação razoável / Alta variação altimétrica Infraestrutura: Área Coberta e Instalação sanitária, Sinalização Institucional Pontual	Edificação banheiro e área externa coberta. Espaço externo com bancos em área sombreada. Ponto de apoio à pesquisadores e educação ambiental. Sem energia elétrica.	Atividade: Monitoramento, Apoio Operacional, Educação Ambiental Serviço: Inexistente	
Cachoeira da Prata	Prístina	Infraestrutura	Estrada não pavimentada, com aprox. 1,7km a partir do limite da UC / Via em estado de conservação razoável / Alta variação altimétrica Infraestrutura: Área Coberta, Sinalização Institucional Pontual	Área Coberta com bancos e mesas. Sem energia elétrica e sem abastecimento de água	Atividade: Monitoramento e Apoio Operacional Serviço: Inexistente	
Rupestre da Rio da Prata	Prístina	Uso Divergente	Trilha de aprox. 300m, dificuldade fácil Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Baixa variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Queda d'água de grande porte com poço para banho Curso d'água intermitente (sem água entre os meses de março a novembro)	Atividade: Contemplação e Banho Serviço: Inexistente	

Inventário dos Atrativos no Setor 02

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Mirante Morro do Chapéu	Natural	Uso Divergente	Trilha de aprox. 2km, dificuldade média Estrada não pavimentada, com aprox. 9,8km a partir do limite da UC Trilha sem manejo / Deslocamento final no leito do curso d'água / Média variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Belvedere de contemplação da paisagem do entorno (Serra Geral / Serra do Espinhaço)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha Gado Bravo	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 3km, dificuldade alta Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Conexão do Estrada / Aceiro no interior da UC / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC Rota para coleta de frutos da região	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha Vereda das Piranhas	Natural	Infraestrutura	Trilha de aprox. 1,4km, dificuldade baixa Trilha com manejo / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual, Ponte e Pinguela	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC	<i>Atividade:</i> Educação Ambiental <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha de Longo Curso	Prístina	Infraestrutura	Trilha de longo Curso de aprox. 73km, dificuldade alta (sendo que aprox. 43km está no Setor 02) Trilha a ser implantada conforme definição do Plano de Manejo / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Trilha cênica, de longo curso, no eixo sul-norte da UC com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	

Fotos: Frederico Prates e Janderson Santos, 2025

Elaboração: PLANTUC, 2026

3.3.3 Setor 3: Sul (Monte Azul)

Caracterização

O Setor 03: Sul (Monte Azul) do PECGeraiis apresenta predominância de formações de Cerrado, associadas a campos e trechos de cerrado rupestre, compondo um mosaico ambiental de elevada relevância ecológica e paisagística. Caracteriza-se por grandes altimetrias, nas quais se concentram os principais atrativos e infraestruturas, especialmente em sua porção central. Territorialmente, o setor está vinculado ao município de Monte Azul e possui acesso principal pela comunidade da Barrinha, integrado à rede viária institucional do parque, assegurando a conectividade necessária às ações de gestão, fiscalização e monitoramento ambiental.

No que se refere à infraestrutura e aos percursos, o setor abriga o PA Sanharó, destinado ao suporte logístico e operacional da gestão da unidade, e a Trilha Guará, voltada às atividades de educação ambiental e interpretação da biodiversidade e da paisagem. A circulação interna é garantida por uma rede de trilhas tradicionais e estradas/aceiros, com potencial de requalificação como estradas-parque, ampliando as possibilidades de uso público ordenado e experiências imersivas nos diferentes ecossistemas do PECGeraiis. Destaca-se ainda a inserção do setor no traçado previsto da Trilha de Longo Curso, em fase de planejamento, que percorrerá a unidade de conservação de sul a norte.

Entre os principais atrativos ambientais, destacam-se o Circuito do Encantado, formado pela Cachoeira do Encantado e pelo Poço Landim, ambos de alto valor cênico, porém com restrições para banho, além dos mirantes da Barrinha e Olhos d'Água, voltados para a Serra Geral, integrante da Serra do Espinhaço. Na porção inferior do setor, localizam-se a Trilha e o Rupestre da Bocaina, com potencial para o turismo comunitário, condicionado à formalização de parcerias com proprietários privados, e o Cruzeiro, marco cultural e religioso de destaque paisagístico. Ressalta-se ainda a existência de áreas com aptidão para banho, como o Boqueirão das Laranjeiras, bem como de atrativos não incluídos no PUP por restrições ambientais ou fundiárias, a exemplo do Poço da Guela, da Cachoeira da Caverna e da Cachoeira do Boqueirão.

Assim, o PUP para o Setor 03 abarca os seguintes atrativos:

- Cruzeiro
- Mirante Olhos D'água
- Ponto de Apoio do Saranhó
- Cachoeira do Encantado
- Poço Landim
- Mirante da Barrinha
- Rupestre da Bocaina
- Boqueirão das Laranjeiras

- Trilhas:
 - Olhos D'água
 - Boa Vista
 - Guará (Educação Ambiental)
 - Bocaina
 - Circuito Encantado
 - Longo Curso (a ser implantada conforme PM)

3.3.3.1 Inventário de Atrativos, Infraestrutura Existente e Oportunidades de experiência da visitação (ROVUC)

O Quadro 12 a seguir apresenta o Inventário dos Atrativos do Setor 03, contemplando a classifica o ROVUC vigente, definida a partir do grau de interven o, das atividades recreativas e socioculturais associadas, do nível de isolamento e da naturalidade do ambiente de cada atrativo. O quadro inclui ainda o zoneamento correspondente conforme o plano de manejo, a caracteriza o dos acessos, a identifica o da infraestrutura atualmente existente, a rela o das atividades e serviços hoje oferecidos, bem como uma imagem ilustrativa de cada atrativo, oferecendo uma visão integrada e sistematizada das condi es atuais de uso público no setor.





Quadro 12: Inventário dos Atrativos no Setor 03

Inventário dos Atrativos no Setor 03

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Trilha Circuito Encantado	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 4,5km dificuldade média Trilha sem manejo/ Média variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Circuito de caminhada perpassando pelos atrativos Cachoeira do Encantado e Poço do Landim	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Cachoeira do Encantado	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 2,7km, dificuldade média (faz parte do Circuito Encantado) Trilha sem manejo/ Média variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Queda d'água de médio porte, com poço contemplativo (Banho não é permitido)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha do Guará	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 1km dificuldade baixa Trilha sem manejo/ Conexão do Estrada/ Aceiro no interior da UC/ Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Circuito de interpretação/ educação ambiental	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Poço Landim	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 700m, dificuldade baixa ou Trilha de aprox. 4,5km, dificuldade média (faz parte do Circuito Encantado) Trilha sem manejo/ Média variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Poço contemplativo (Banho não é permitido)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	sem foto

Inventário dos Atrativos no Setor 03

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Ponto de Apoio Saranhó	Seminatural	Infraestrutura	Estrada não pavimentada, com aprox. 3,3km a partir do limite da UC. Via em estado de conservação razoável, tráfego possível somente em veículo 4x4 / Alta variação altimétrica Infraestrutura: Sinalização Pontual	Edificação com cozinha, banheiro, depósito e 02 quartos. Sem energia elétrica.	Atividade: Apoio Operacional Serviço: Inexistente	
Cruzeiro	Prístina	Preservação	Trilha de aprox. 340m, dificuldade alta Trilha sem manejo e de alta inclinação / Alta variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Belvedere de contemplação da paisagem e ponto de romaria religiosa	Atividade: Contemplação e Romaria Religiosa Serviço: Inexistente Atenção: o atual zoneamento indica Zona de Preservação e deve ser alterado para permissão do uso público	
Mirante Olhos D'água	Prístina	Infraestrutura	Estrada não pavimentada, com aprox. 6,5km a partir do limite da UC/ O acesso também pode ser feito pela Trilha Olhos d'água Via em estado de conservação razoável. Alta variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Belvedere de contemplação da paisagem do entorno (Serra Geral / Cadeia do Espinhaço)	Atividade: Inexistente Serviço: Inexistente	
Mirante da Barrinha	Natural	Infraestrutura	Estrada não pavimentada, com aprox. 1,6km a partir do limite da UC. Via em estado de conservação razoável / Alta variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Belvedere de contemplação da paisagem do entorno (Serra Geral / Serra do Espinhaço)	Atividade: Inexistente Serviço: Inexistente	

Inventário dos Atrativos no Setor 03

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Rupestre da Bocaína	Natural	Infraestrutura	Trilha de aprox. 400m, dificuldade fácil Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Conjunto de grafismos rupestres em paredão rochoso	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Boqueirão das Laranjeiras	Natural	Uso Divergente	Trilha de aprox. 1,7km, dificuldade baixa Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Baixa variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Conjunto de corredeiras e poços	<i>Atividade:</i> Contemplação e Banho <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha Olhos d'água	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 4km, dificuldade alta Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Conexão do Estrada / Aceiro no interior da UC / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC. Rota para coleta de frutos da região	<i>Atividade:</i> Coleta de Frutos <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha Boa Vista	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 14km (sendo que aprox. 7,7km está no Setor 03), dificuldade alta Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo / Conexão do Estrada / Aceiro no interior da UC / Travessia entre setores / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC. Rota cultural (tropeirismo)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	

Inventário dos Atrativos no Setor 03

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Trilha da Bocaina	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 1,1km, dificuldade média Trilha sem manejo / Baixa variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Deslocamento da Comunidade Acesso à Rupestre da Bocaina	Atividade: Inexistente Serviço: Inexistente	
Trilha de Longo Curso	Prístina	Infraestrutura	Trilha de longo Curso de aprox. 73km, dificuldade alta (sendo que aprox. 43km está no Setor 02) Trilha a ser implantada conforme definição do Plano de Manejo / Alta variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Trilha cênica, de longo curso, no eixo sul-norte da UC. com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC	Atividade: Contemplação e Banho Serviço: Inexistente	
Casarão	Ruralizado	Fora do PEGerais	Estrada não pavimentada, aprox. 700m do distrito de Riachinho Via em bom estado de conservação Infraestrutura: Edificação (Sede Fazenda Grande Sertão) com área externa	Edificação com aprox. 430 m², com diversos cômodos, instalações sanitárias e área externa	Atividade: Coleta de Frutos Serviço: Inexistente	

Fotos: Frederico Prates e Veronica Calamante, 2025

Elaboração: PLANTUC, 2026

3.3.4 Setor 4: Oeste (Gameleiras)

Caracterização

O Setor 04: Oeste (Gameleiras) do PECGeraias localiza-se na porção oeste da unidade de conservação e está territorialmente vinculado ao município de Gameleiras. Apresenta um mosaico ambiental de transição, com predominância de formações de Caatinga nas áreas de menor altitude e nas bordas, enquanto as regiões mais elevadas mantêm características típicas do Cerrado, refletindo a diversidade ecológica e paisagística do parque.

O principal atrativo do setor é o espelho d'água da Barragem de Gameleiras, com potencial para atividades recreativas e esportes náuticos, além de oportunidades para interpretação ambiental, embora seu uso esteja atualmente interdito por órgãos fiscalizadores. A área da barragem também se destaca pelo potencial de implantação de infraestrutura estruturada de apoio ao uso público e pela presença de atrativos associados, como o Poço do Caldeirão e a Cachoeira de Gameleira, ambos com áreas para banho e possibilidade de adequações para acessibilidade universal. Complementam esse conjunto a Trilha dos Répteis, voltada à educação ambiental, e o Mirante do Sol, com vistas para o Vale do Rio São Francisco e relevância cultural e religiosa, cujo uso público depende de parcerias com proprietários e de adequações ao zoneamento vigente.

O setor é atendido por uma rede de trilhas históricas vinculadas ao tropeirismo, conectadas às comunidades do entorno, destacando-se as trilhas de Gameleiras, Boa Vista e das Piranhas, que articulam atrativos como o Mirante da Volta do Gavião e a Cachoeira da Matinha, esta última com uso contemplativo. O acesso viário institucional é garantido por estrada/aceiro proveniente do Vale do Coronel, integrada à malha interna do parque, assegurando a gestão e a fiscalização ambiental. As trilhas e vias apresentam potencial para uso público ordenado e futura conversão em estradas-parque, favorecendo experiências imersivas e o turismo comunitário, ressalvando-se que alguns atrativos, como o Mirante Trilha da Onça, não foram incluídos no PUP por restrições operacionais e de segurança.

Assim, o PUP para o Setor 04 abarca os seguintes atrativos:

- Barragem da Gameleiras
- Mirante do Sol
- Mirante Volta do Gavião
- Poço Caldeirão
- Cachoeira de Gameleiras
- Cachoeira da Matinha

- Trilhas:
 - Trilha Boa Vista
 - Trilha Gameleiras
 - Trilha dos Répteis
 - Trilha dos Tropeiros

3.3.4.1 Inventário de Atrativos, Infraestrutura Existente e Oportunidades de experiência da visitação (ROVUC)

O Quadro 13 a seguir apresenta o Inventário dos Atrativos do Setor 04, contemplando a classificação ROVUC vigente, definida a partir do grau de intervenção, das atividades recreativas e socioculturais associadas, do nível de isolamento e da naturalidade do ambiente de cada atrativo. O quadro inclui ainda o zoneamento correspondente conforme o plano de manejo, a caracterização dos acessos, a identificação da infraestrutura atualmente existente, a relação das atividades e serviços hoje oferecidos, bem como uma imagem ilustrativa de cada atrativo, oferecendo uma visão integrada e sistematizada das condições atuais de uso público no setor.



Quadro 13: Inventário dos Atrativos no Setor 04



Inventário dos Atrativos no Setor 04

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Trilha Boa Vista	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 14km (sendo que aprox. 6,3km está no Setor 04), dificuldade alta Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo/ Conexão do Estrada/ Aceiro no interior da UC/ Travessia entre setores/ Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada / Aceiro no interior da UC. Rota cultural (tropeirismo)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Mirante Volta do Gavião	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 3,3km, dificuldade alta Trilha sem manejo e de alta inclinação / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Belvedere de contemplação da paisagem. Mirante faz parte da Trilha de Gameleiras	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Mirante do Sol	Natural	Preservação	Trilha de aprox. 1,6km, dificuldade alta Acesso por propriedade particular / Trilha sem manejo e de alta inclinação / Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Cruzeiro com iluminação	Belvedere de contemplação da paisagem e ponto de romaria religiosa	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente <i>Atenção:</i> o atual zoneamento indica Zona de Preservação e deve ser alterado para permissão do uso público	
Cachoeira da Matinha	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 4km, dificuldade alta Trilha sem manejo/ Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Inexistente	Conjunto de corredeiras e poços contemplativos Atrativo faz parte da Trilha da Boa Vista (Não permitido o banho)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	

Inventário dos Atrativos no Setor 04

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Barragem de Gameleiras	Seminatural	Diferentes Interesses Públicos	Estrada não pavimentada (somente veículo institucional) aprox. 700m, dificuldade baixa Estrada não pavimentada e cascalhada com piso regular Infraestrutura: Estrada não pavimentada / Sinalização Institucional Pontual	Espelho d'água em meio ao bioma da Caatinga	Atividade: Inexistente Serviço: Inexistente Atenção: a barragem está interditada pelos órgãos fiscalizadores e deverá ser regularizada para permissão do uso público	
Poço Caldeirão	Prístina	Uso Divergente	Trilha de aprox. 1,4km, dificuldade média Trilha sem manejo / Deslocamento em trechos dentro do curso d'água ou em margens pedregosas / Baixa variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Poço para Banho	Atividade: Banho Serviço: Inexistente	
Cachoeira de Gameleira	Prístina	Uso Divergente	Trilha de aprox. 2,7km, dificuldade média Trilha sem manejo / Deslocamento em trechos dentro do curso d'água ou em margens pedregosas / Baixa variação altimétrica Infraestrutura: Inexistente	Queda d'água e poço para Banho	Atividade: Banho Serviço: Inexistente	
Trilha dos Repteis	Seminatural	Infraestrutura	Trilha de aprox. 680m dificuldade baixa Trilha com manejo / Baixa variação altimétrica Infraestrutura: Guarda Corpo de Proteção	Circuito de interpretação/ educação ambiental	Atividade: Educação Ambiental Serviço: Inexistente	

Inventário dos Atrativos no Setor 04

Atrativo	Classificação ROVUC	Zoneamento PM	Caracterização Acesso/ Infraestrutura Existente	Caracterização Atrativo	Atividade e Serviço (Atual)	Foto
Trilha de Gameleiras	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 9km, dificuldade alta Acesso por propriedade particular/ Trilha sem manejo/ Conexão do Estrada/ Aceiro no interior da UC/ Travessia entre setores/ Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada/ Aceiro no interior da UC. Rota cultural (tropeirismo)	<i>Atividade:</i> Inexistente <i>Serviço:</i> Inexistente	
Trilha dos Tropeiros	Prístina	Infraestrutura	Trilha de aprox. 15km, dificuldade alta Acesso por propriedade particular/ Trilha sem manejo/ Conexão do Estrada/ Aceiro no interior da UC/ Alta variação altimétrica <i>Infraestrutura:</i> Sinalização Pontual	Trilha cênica com conexão entre a borda UC e a Estrada/ Aceiro no interior da UC. Rota para coleta de frutos da região	<i>Atividade:</i> Coleta de Frutos <i>Serviço:</i> Inexistente	

Fotos: Frederico Prates, Veronica Calamante e Benito Drumond,2025

Elaboração: PLANTUC, 2026

3.3.5 Atividades e Perfil do Visitante Atuais

O uso público do PECGerai, no cenário atual, caracteriza-se por um estágio ainda incipiente de consolidação, com predominância de visitação pontual, baixa frequência de fluxos regulares e forte concentração em atrativos específicos de maior acessibilidade e reconhecimento local. De maneira geral, as atividades atualmente desenvolvidas na unidade de conservação (UC) estão associadas à fruição da paisagem, ao lazer em ambientes naturais – especialmente em áreas com presença de recursos hídricos – e a práticas informais de visitação. Paralelamente, observa-se a predominância de usos técnico-institucionais em todos os setores, incluindo ações de pesquisa científica, monitoramento, fiscalização, recuperação ambiental e atividades de educação ambiental, o que confere à UC, no momento, um perfil de uso mais operacional do que recreativo estruturado. O perfil geral do visitante atual é majoritariamente local ou regional, composto por moradores do entorno e visitantes ocasionais, com baixa diversificação de públicos e reduzida permanência no território.

Setor 01 – Norte (Espinosa)

A visitação atual é pontual e concentrada principalmente na Cachoeira da Pedra Branca, em função de sua acessibilidade e aptidão para banho. Os demais atrativos apresentam baixa ou inexistente visitação estruturada, em razão de restrições ambientais, limitações de acesso e ausência de infraestrutura. O setor apresenta forte presença institucional, com predominância de atividades técnicas. O perfil de visitantes é essencialmente local, com uso recreativo esporádico e baixa permanência.

Setor 02 – Leste (Mamonas e Gameleiras)

A visitação também é reduzida e esporádica, com destaque para a Cachoeira de Francisco, localizada em área limítrofe e de acesso facilitado. Os demais atrativos não possuem uso consolidado. O setor se destaca pela atuação dos Pontos de Apoio Cascalheira e Piranhas, que estruturam atividades de pesquisa, educação ambiental e gestão. O perfil de usuários é predominantemente institucional, composto por equipes técnicas, pesquisadores e educadores, com presença secundária de visitantes locais. Ressalta-se que, neste setor, é comum e devidamente regulamentada a prática tradicional, pelas comunidades caatingueiras, da coleta de frutos nativos, tanto nas bordas da UC quanto nas porções de maior altitude, onde se configuram ilhas de Cerrado, constituindo elemento relevante da dinâmica socioterritorial e do uso tradicional dos recursos naturais.

Setor 03 – Sul (Monte Azul)

O uso atual é igualmente incipiente e fortemente associado às atividades institucionais desenvolvidas a partir do PA Sanharó. Algumas ações de educação ambiental e visitação pontual ocorrem em trilhas e circuitos específicos, como a Trilha Guará e o Circuito do Encantado, porém sem fluxo contínuo. O perfil de usuários é majoritariamente técnico-institucional, com

participação eventual de grupos educativos. De forma semelhante ao Setor 02, registra-se neste setor a ocorrência da prática tradicional e regulamentada de coleta de frutos nativos pelas comunidades caatingueiras, realizada tanto nas áreas de borda quanto nas ilhas de Cerrado em cotas mais elevadas, reforçando a interface entre conservação ambiental e uso sustentável do território.

Setor 04 – Oeste (Gameleiras)

A visitação, embora ainda incipiente, apresenta maior concentração em atrativos específicos, como o Mirante do Sol, a Barragem de Gameleiras e a Cachoeira de Gameleiras. Trata-se de uma visitação pontual, motivada principalmente pelo lazer e pela contemplação da paisagem, com forte presença de público local e regional. Entretanto, limitações associadas ao zoneamento (Mirante do Sol), à ausência de infraestrutura e a restrições legais – especialmente no caso da barragem – condicionam o uso público atual.

3.3.6 Atividades e Perfil do Visitante Potenciais

Sob a perspectiva potencial, o PECGerais apresenta elevada aptidão para a diversificação e qualificação do uso público, com possibilidades de estruturação de atividades compatíveis com seus atributos ambientais, culturais e paisagísticos. De forma geral, destacam-se como atividades potenciais: caminhadas e trilhas interpretativas, contemplação da paisagem, visitação a atrativos naturais, travessias de curta, média e longa duração, cicloturismo, turismo de base comunitária, turismo pedagógico, educação ambiental, pesquisa científica e experiências de imersão em ambientes naturais.

Nesse contexto, destaca-se, de forma transversal, o elevado potencial de integração, utilização e qualificação da rede existente de estradas/aceiros e trilhas como elemento estruturador do uso público. Essa rede possibilita a implantação articulada de travessias multimodais, incluindo deslocamentos a pé, por bicicleta e em veículos motorizados (modalidade Overland), de forma complementar e ordenada. Associadas à implantação de pontos de apoio com possibilidade de pernoite no interior da UC, tais atividades permitem a atração de um perfil de visitante interessado em experiências de imersão na paisagem, na vivência da transição entre os biomas Cerrado e Caatinga e na fruição prolongada do território.

Esse conjunto de experiências pode ser ampliado por atividades como observação da vida silvestre, contemplação cênica, observação noturna da abóbada celeste e vivências sensoriais em ambientes naturais, contribuindo para o aumento do tempo de permanência do visitante na unidade. Adicionalmente, a rede de estradas/aceiros apresenta potencial estratégico para o restabelecimento de rotas históricas de conexão e intercâmbio entre municípios e comunidades do entorno, reforçando o papel da UC como elemento articulador do território.

De forma complementar, foi ainda identificada, em uma perspectiva de planejamento de longo prazo, a possibilidade de inserção de atividades de turismo de aventura, tais como canionismo (canyoning), escalada e voo livre, condicionadas à realização de estudos específicos de viabilidade técnica, ambiental e de segurança. A eventual implementação dessas modalidades poderá contribuir para a diversificação do portfólio de experiências ofertadas pela unidade de conservação, ampliando sua atratividade para públicos especializados e consolidando novos vetores de uso público compatíveis com as diretrizes de manejo.

O perfil potencial de visitantes, nesse cenário, tende a ser mais diversificado, abrangendo públicos locais, regionais e de maior abrangência territorial, incluindo turistas especializados, praticantes de atividades ao ar livre, grupos escolares, pesquisadores e visitantes interessados em experiências culturais, comunitárias e de imersão na natureza. Soma-se a esse contexto o fato de que, em função de sua localização geográfica no extremo norte de Minas Gerais, o PECGerais apresenta condições favoráveis para captar visitantes e integrar rotas regionais de visitação e deslocamento entre unidades de conservação de relevância nacional e estadual, tais como o Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Parque Estadual dos Montes Altos, no estado da Bahia, e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, o Parque Estadual Serra Nova e Talhado, no estado de Minas Gerais, além de outros atrativos regionais, potencializando a inserção do parque em circuitos turísticos ampliados.

Setor 01 – Norte (Espinosa)

Observa-se elevado potencial para o desenvolvimento de atividades de contemplação da paisagem, trilhas interpretativas, visitação a cachoeiras e caminhadas em ambientes naturais associados ao bioma Caatinga. O setor apresenta ainda vocação para educação ambiental, turismo pedagógico, pesquisa científica e turismo comunitário, em função da presença de sítios arqueológicos e comunidades tradicionais. O perfil potencial inclui público local, grupos escolares, visitantes regionais, praticantes de atividades ao ar livre, cicloturistas e visitantes em trânsito inter-regional, além de pesquisadores e interessados em experiências culturais.

Setor 02 – Leste (Mamonas e Gameleiras)

O potencial está associado à implantação de travessias, cicloturismo, visitação a mirantes naturais, interpretação ambiental e fortalecimento de atividades de educação ambiental. Destaca-se também o potencial para o turismo comunitário e a valorização de rotas históricas do tropeirismo, bem como a integração de práticas tradicionais, como a coleta de frutos nativos nas ilhas de Cerrado, a experiências de uso público sustentável e de base comunitária. O perfil potencial abrange público local e regional, grupos escolares, visitantes interessados em contemplação cênica, praticantes de atividades de longa duração, tais como travessias (a pé, de bicicleta ou em veículo motorizado), aliadas à possibilidade de pernoite no interior da UC, observação noturna da abóboda celeste, e pesquisadores, além de públicos vinculados a experiências culturais e rurais.

Setor 03 – Sul (Monte Azul)

As características geomorfológicas e a presença de áreas elevadas favorecem atividades de contemplação, caminhadas, travessias e experiências imersivas na paisagem, incluindo integração com trilhas de longo curso. O setor apresenta também potencial para o turismo religioso e cultural, associado ao Cruzeiro e às rotas históricas, além da valorização de práticas tradicionais de uso do território, como a coleta de frutos nativos. O perfil potencial inclui visitantes interessados em experiências contemplativas, esportes de natureza, educação ambiental, turismo cultural e religioso, além de praticantes de travessias e pesquisadores.

Setor 04 – Oeste (Gameleiras)


O potencial de uso público está fortemente associado à Barragem de Gameleiras, que poderá se consolidar como principal polo de visitação, condicionado à sua regularização. O setor apresenta aptidão para implantação de infraestrutura de apoio, atividades recreativas e náuticas, contemplação da paisagem e educação ambiental. Destaca-se também o potencial para estruturação de travessias e valorização de caminhos históricos, integrados à rede de estradas e trilhas da UC. O perfil potencial inclui público local e regional voltado ao lazer, grupos escolares, visitantes interessados em atividades físicas em ambientes naturais, além de públicos vinculados ao turismo comunitário e cultural.

Em síntese, o PECGerais apresenta condições favoráveis para a transição de um modelo de uso predominantemente institucional para um cenário estruturado de uso público, com diversificação de atividades, ampliação do perfil de visitantes e aumento do tempo de permanência na unidade, desde que observadas as diretrizes de manejo, a capacidade de suporte e a compatibilidade ambiental de cada setor.

3.3.7 Atrativos Prioritários para a implantação do Uso Público

Previamente à elaboração do presente Plano de Uso Público (PUP), foram desenvolvidas duas etapas estruturantes e complementares: o Diagnóstico do Uso Público e as Oficinas Participativas de Uso Público.

O Diagnóstico do Uso Público compreendeu uma análise sistemática das condições existentes na UC, incluindo a avaliação da infraestrutura instalada, o estado de conservação dos ambientes naturais, a capacidade de suporte das áreas passíveis de visitação e as demandas identificadas junto às comunidades do entorno e à equipe gestora. Esse levantamento possibilitou a identificação de fragilidades, potencialidades e conflitos, subsidiando a definição de diretrizes técnicas para o ordenamento da visitação e oferecendo uma base consistente para a tomada de decisões nas etapas subsequentes do planejamento.



As Oficinas Participativas foram conduzidas com a participação de gestores, técnicos, especialistas, representantes das comunidades locais e demais atores sociais envolvidos. Nesse processo, as prioridades para o PII foram debatidas, qualificadas e hierarquizadas, considerando critérios como conservação ambiental, segurança dos visitantes, acessibilidade universal, viabilidade operacional e qualificação da experiência de visitação. O caráter participativo dessas oficinas foi fundamental para assegurar uma abordagem integrada e colaborativa, alinhando os objetivos de conservação da UC às expectativas sociais e ao potencial de uso público responsável.


Com base no diagnóstico técnico realizado para a unidade de conservação, complementado pelas contribuições oriundas do processo participativo conduzido na Oficina de Planejamento do Plano de Uso Público (PUP), foram definidos os atrativos prioritários para a estruturação e implantação do uso público no território.

A etapa de priorização considerou, de forma integrada, tanto os elementos levantados no diagnóstico – incluindo potencial cênico, relevância ambiental e cultural, acessibilidade, conservação, a capacidade de suporte e o zoneamento do Plano de Manejo – quanto os saberes locais, percepções e expectativas dos diferentes atores envolvidos, incorporados por meio das construções coletivas realizadas durante a oficina.

Nesse contexto, a metodologia adotada permitiu qualificar a seleção dos atrativos a partir de uma leitura territorial setorizada, na qual cada grupo de trabalho analisou seu respectivo setor, identificando:

- elementos centrais estruturantes da experiência do visitante;
- atrativos com maior potencial de visitação;
- necessidades de infraestrutura e manejo;
- oportunidades de serviços e atividades associadas;
- narrativas e valores culturais relevantes.

A priorização final dos atrativos resultou, portanto, da convergência entre critérios técnicos e validação social, garantindo maior aderência às dinâmicas locais e maior viabilidade de implantação.



Critérios e Argumentos de Seleção por Setor

Setor 1 – Norte (Espinosa)

A priorização neste setor esteve fortemente associada ao potencial das cachoeiras como elemento estruturador da experiência do visitante, destacando-se sua atratividade cênica, possibilidade de uso recreativo e apelo para múltiplos perfis de público. A seleção considerou, ainda, a viabilidade de implantação de infraestrutura básica de acesso e o potencial para interpretação ambiental e valorização de narrativas locais.

Atrativo prioritário validado:

- Cachoeira da Pedra Branca (complementada por outros atrativos associados, como Cachoeira da Prata e pinturas rupestres).

Setor 2 – Leste (Mamonas e Gameleiras)

Neste setor, a seleção foi orientada pela forte presença de comunidades tradicionais e pela integração entre natureza e cultura. Destacaram-se atrativos associados a travessias, cursos d'água e experiências de base comunitária, com potencial para oferta de serviços locais, como alimentação e condução. A escolha priorizou áreas com possibilidade de estruturação de atividades ecoturísticas e esportivas.

Atrativo prioritário validado:

- Cachoeira das Piranhas e seu entorno (incluindo trilha, mirantes e área de acampamento).

Setor 3 – Sul (Monte Azul)

A priorização neste setor considerou a articulação entre patrimônio cultural, paisagem e experiências de curta duração, com destaque para circuitos estruturados que combinam trilhas, edificações históricas e vivências interpretativas. O Circuito do Sanharó foi reconhecido como elemento estratégico por integrar diferentes atrativos em uma experiência coesa e de fácil operacionalização.

Atrativo prioritário validado:

- Circuito do Sanharó (casa e trilhas curtas associadas).

Setor 4 – Oeste (Gameleiras)

A definição do atrativo prioritário neste setor foi marcada por uma discussão aprofundada sobre o potencial do turismo religioso e histórico-cultural. A Rota do Sal emergiu como elemento estruturante, associada às práticas de peregrinação e à memória das dinâmicas territoriais. A escolha da Trilha da Boa Vista consolidou-se por sua capacidade de integrar diferentes dimensões – paisagem cênica (Mirante do Sol), valor simbólico (peregrinações) e patrimônio histórico (Rota do Sal).

Atrativo prioritário validado:

- Trilha da Boa Vista (integração Mirante do Sol + Rota do Sal).

Estrutura Geral – Conectividade Territorial

Além dos setores, destacou-se a importância de elementos estruturantes de conexão territorial, fundamentais para a organização do uso público em escala ampliada.

Atrativos prioritários validados:

- Estrada Parque;
- Travessias

Esses elementos desempenham um papel estratégico na articulação entre setores, na diversificação de experiências e na ampliação do tempo de permanência dos visitantes.

Quadro 14: Síntese dos Atrativos Prioritários

Quadro Síntese dos Atrativos Prioritários			
Setor	Região	Atrativo Prioritário	Característica Principal
Setor 1	Norte (Espinosa)	Cachoeira da Pedra Branca	Atratividade cênica e uso recreativo
Setor 2	Leste (Mamonas e Gameleiras)	Cachoeira das Piranhas	Integração natureza-comunidade
Setor 3	Sul (Monte Azul)	Circuito do Sanharó	Integração cultural e trilhas
Setor 4	Oeste (Gameleiras)	Trilha da Boa Vista	Turismo religioso e paisagem
Geral	Conectividade	Estrada Parque e Travessias	Integração territorial

Elaboração: PLANTUC, 2026

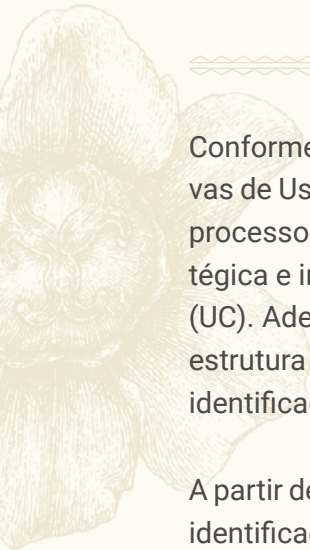
A definição dos atrativos prioritários representa um passo estruturante para a implantação do uso público, permitindo orientar investimentos, direcionar ações de manejo e estabelecer uma lógica de ordenamento territorial da visitação.

A abordagem adotada – baseada na integração entre diagnóstico técnico e planejamento participativo – confere maior robustez às decisões, assegurando que os atrativos selecionados não apenas apresentem viabilidade técnica, mas também legitimidade social e potencial de geração de benefícios para as comunidades locais e para a conservação da unidade de conservação.

4.

Planejamento da visitaçã





Conforme apresentado no item 3.3.7, o Diagnóstico do Uso Público e as Oficinas Participativas de Uso Público constituíram etapas fundamentais na elaboração deste documento. Esses processos forneceram a base técnica e metodológica necessária, orientando de forma estratégica e integrada, a definição das ações de apoio ao uso público na unidade de conservação (UC). Ademais, subsidiaram diretamente a formulação do Programa de Implantação de Infraestrutura (PII), assegurando sua coerência com as diretrizes, potencialidades e demandas identificadas ao longo do processo.

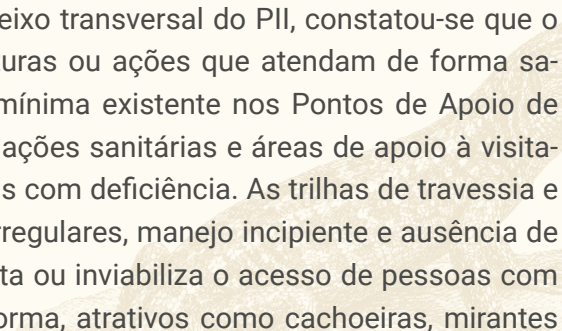
A partir dessas etapas preparatórias, o PUP foi estruturado de modo a responder às demandas identificadas e a orientar intervenções estratégicas. O PII, por sua vez, não se limita à indicação e hierarquização de serviços técnicos a serem implantados nos atrativos, mas apresenta um conjunto de benefícios associados a cada intervenção, com impactos diretos na gestão, na qualificação do uso público e na conservação dos recursos naturais. Esses benefícios integram uma matriz de apoio à decisão, permitindo à gestão da UC definir, de forma planejada, as infraestruturas a serem implementadas no curto, médio e longo prazos, em consonância com as condições operacionais e orçamentárias do parque.

Complementarmente, o PUP apresenta, em seu Anexo II, uma estimativa de custos para a execução do PII. Essa informação financeira, articulada à hierarquização dos atrativos e à análise dos benefícios esperados, fornece subsídios objetivos para a tomada de decisão, contribuindo para a otimização da alocação de recursos e para a priorização de ações com maior impacto positivo em termos de conservação ambiental, segurança, acessibilidade e qualidade da experiência dos visitantes, assegurando a sustentabilidade do uso público ao longo do tempo.

Ressalta-se que o PII reflete o contexto e o momento de elaboração do PUP, configurando-se como um conjunto de propostas referenciais e orientativas, e não como ações de caráter compulsório. Cabe à gestão da UC avaliar, selecionar e definir o momento oportuno para a implementação de cada intervenção, de acordo com as prioridades institucionais, a disponibilidade de recursos e as condições operacionais. Nesse sentido, o PII deverá ser periodicamente revisitado e atualizado, de modo a manter sua aderência à dinâmica territorial, ambiental e institucional da UC.

4.1 Recomendações de Acessibilidade

No que se refere à acessibilidade universal (AU), eixo transversal do PII, constatou-se que o PECGerais não dispõe, atualmente, de infraestruturas ou ações que atendam de forma satisfatória aos princípios da AU. A infraestrutura mínima existente nos Pontos de Apoio de Sanharó, Cascalheira e Piranhas conta com instalações sanitárias e áreas de apoio à visitação que não apresentam adaptações para pessoas com deficiência. As trilhas de travessia e de acesso aos atrativos apresentam superfícies irregulares, manejo incipiente e ausência de intervenções voltadas à acessibilidade, o que limita ou inviabiliza o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Da mesma forma, atrativos como cachoeiras, mirantes



e espaços destinados à educação ambiental não dispõem de áreas acessíveis, restringindo significativamente o uso desses equipamentos por esse público. A sinalização existente é pontual e insuficiente sob a perspectiva da AU, não contemplando recursos como Braille, pictogramas ou comunicação visual adaptada, e tampouco há a disponibilização de mapas e materiais informativos em formatos acessíveis.

Diante desse cenário, o PECGerais deve avançar para além de adaptações físicas pontuais, adotando uma abordagem integrada de acessibilidade que contemple infraestrutura, serviços, atividades e experiências inclusivas. É fundamental assegurar que pessoas com diferentes tipos de deficiência ou com mobilidade reduzida possam usufruir dos atrativos em condições de equidade, autonomia, segurança e conforto. Para tanto, torna-se imprescindível a capacitação contínua das equipes, com formação voltada ao atendimento inclusivo, técnicas de comunicação acessível, uso de tecnologias assistivas e adoção de protocolos adequados de segurança.

A infraestrutura a ser implantada deverá contemplar elementos como rampas, corrimãos, sanitários adaptados, vagas de estacionamento reservadas, pisos nivelados e sistemas de sinalização visual e tátil, garantindo a circulação universal. Centros de visitantes, exposições e espaços educativos devem ser concebidos de forma inclusiva, incorporando recursos multissensoriais – visuais, auditivos e táteis – capazes de atender a diferentes necessidades. Os programas educativos e recreativos deverão ser adaptados, com a incorporação de audiodescrição, Libras, materiais acessíveis e tecnologias assistivas, ampliando a autonomia dos visitantes.

As trilhas e atrativos adaptados devem apresentar superfícies firmes e niveladas, rampas suaves, largura adequada, áreas de descanso, corrimãos (onde necessário) e sinalização tátil e visual, incluindo trilhas sensoriais e interpretativas que estimulem múltiplos sentidos. Complementarmente, os programas de educação ambiental deverão ser estruturados com materiais acessíveis e conduzidos por profissionais capacitados, prevendo atividades práticas adaptadas que possibilitem a participação plena de todos os públicos.

Entre as medidas passíveis de implantação em curto e médio prazos, destacam-se a disponibilização de equipamentos de apoio, como a cadeira Julietti, o desenvolvimento de atividades sensoriais inclusivas e a implantação de sistemas de sinalização e comunicação acessíveis em formatos visuais, táteis e sonoros. Para viabilizar e consolidar essas ações, recomenda-se a implementação de um Programa de Acessibilidade, contemplando a capacitação contínua da equipe e o planejamento sistemático de serviços e atividades orientados pelos princípios da acessibilidade universal, com monitoramento e avaliação permanentes.

Conforme registrado no diagnóstico, a gestão da UC definiu como prioridades de investimento em acessibilidade no PECGerais a implementação de intervenções em atrativos e trilhas estratégicas, incluindo: a região da Barragem e da Cachoeira de Gameleiras, com a instalação de passarelas elevadas, pisos nivelados, rampas de acesso e guarda-corpos; as trilhas de educação ambiental, incluindo os circuitos Piranhas, Guará e Riacho Seco, com manejo regular, si-

nalização interpretativa acessível e passarelas elevadas; os mirantes e pontos de observação, com estruturas adaptadas e sinalização tátil e visual; a abertura e permissão controlada de circulação de veículos de visitantes em estradas e aceiros, ampliando a mobilidade de pessoas com deficiência; e a implantação de infraestruturas voltadas ao uso público e às atividades educacionais alinhadas aos princípios da AU.

A implementação da acessibilidade universal e das demais infraestruturas necessárias no PECGeraiS dependerá de investimentos financeiros consistentes, apoio técnico especializado, participação ativa da comunidade local e capacitação contínua da equipe gestora. A articulação desses elementos é condição fundamental para a consolidação do parque como um território inclusivo, em consonância com os princípios da acessibilidade universal e os objetivos da conservação ambiental.

4.2 Recomendações Gerais para Implantação da Infraestrutura

A seguir, são apresentadas as principais necessidades de intervenção para o aprimoramento da visitação no PECGeraiS, abrangendo tanto a qualificação e consolidação dos atrativos existentes quanto a implantação de novos pontos de visitação, com a definição das infraestruturas necessárias para o ordenamento, a gestão e a qualificação do uso público. A hierarquização das ações fundamenta-se nos resultados das Oficinas Participativas de Uso Público e nas diretrizes de acessibilidade universal estabelecidas pela gestão da UC.

Com base na setorização estratégica proposta, as potencialidades e as intervenções foram organizadas por setor, seguindo uma lógica de priorização escalonada, que se inicia com ações mínimas e urgentes voltadas à segurança dos visitantes e à proteção ambiental, avançando para intervenções de médio e alto grau destinadas à qualificação da experiência de visitação e ao fortalecimento da conservação ambiental.

Dessa forma, apresentam-se a seguir as recomendações gerais para os quatro setores estratégicos do PECGeraiS:

Setor 01 – Norte (Espinosa): recomenda-se a adequação das trilhas para visitação ordenada, com a implantação de pontos de apoio simplificados e estruturas mínimas de acessibilidade nos atrativos mais demandados, bem como o fortalecimento de parcerias com comunidades locais, visando à valorização do turismo comunitário. Indica-se a potencialização da Cachoeira da Pedra Branca como principal indutor do uso público recreativo no setor.

Setor 02 – Leste (Mamonas e Gameleiras): indica-se a implantação de infraestruturas de recepção, pernoite, pesquisa e educação ambiental, incluindo a consolidação dos Pontos de Apoio institucionais existentes. Recomenda-se a potencialização da Cachoeira das Piranhas e do PA Piranhas como principais indutores do uso público recreativo no setor.

Setor 03 – Sul (Monte Azul): recomenda-se a implantação de infraestruturas administrativas associadas a atividades de pernoite e educação ambiental, incluindo a consolidação do PA existente. Sugere-se a aquisição do imóvel que atualmente é a sede da Fazenda Grande Sertão e a inclusão da edificação perímetro do PECGerais, com a intenção de implantar no imóvel um Centro Receptivo Turístico, ampliando a capacidade de atendimento ao público. Indica-se a potencialização do PA Sanharó como ponto de distribuição para os circuitos de trilhas e atrativos do entorno.

Setor 04 – Oeste (Gameleiras): recomenda-se o fortalecimento das estruturas associadas à região da barragem, com potencial para a implantação de infraestrutura mais robusta de apoio ao uso público, desde que observadas as restrições legais e de segurança. Os atrativos vinculados aos cursos d'água, como o Poço do Caldeirão e a Cachoeira de Gameleiras, devem receber intervenções de acessibilidade universal. Sugere-se a implantação de estruturas de apoio leve em mirantes e trilhas de maior demanda, bem como o estímulo a parcerias comunitárias para o ordenamento do uso público em áreas de acesso particular. Destaca-se que o atrativo Mirante do Sol se encontra, conforme o Plano de Manejo, em Zona de Preservação, sendo necessária a alteração de seu zoneamento para viabilizar a consolidação do uso público. Indica-se a potencialização da Trilha da Boa Vista e dos atrativos associados (Mirante do Sol e Rota do Sal) como principais indutores do uso público recreativo no setor.

Como recomendações transversais, propõe-se a consolidação da rede de estradas e aceiros como estradas-parque, ampliando sua função para além do suporte à gestão e à fiscalização, e possibilitando a criação de rotas imersivas de visitação integradas aos setores internos e às comunidades do entorno; a implantação de Postos de Controle nos acessos veiculares ao parque, visando ao ordenamento da visitação, à fiscalização e ao fortalecimento da segurança; a consolidação da rede interna de trilhas em travessias estruturadas, resgatando antigas rotas do tropeirismo e promovendo experiências prolongadas de imersão na paisagem; o estabelecimento de alternativas de acessibilidade universal nas infraestruturas prioritárias; e o fomento a parcerias com proprietários rurais localizados nas bordas da UC, assegurando a visitação ordenada, a conservação ambiental e a valorização do turismo comunitário.

Na sequência, apresenta-se o Programa de Implantação de Infraestrutura (PII) para os Setores 01, 02, 03 e 04, com a descrição das intervenções propostas, sua hierarquização e as respectivas bases cartográficas, indicando a localização dos pontos previstos para implantação e manutenção das infraestruturas.

4.3 Programa de Implantação de Infraestrutura para o Setor 01, 02, 03 e 04

Os Quadros 14, 15, 16 e 17 a seguir apresentam o Plano de Implementação de Infraestrutura (PII) para os Setores 01, 02, 03 e 04, respectivamente. Os quadros estão organizados em ordem decrescente de prioridade de implantação, conforme as diretrizes técnicas e estratégicas previamente estabelecidas. As tabelas sistematizam as intervenções propostas, indicando, para cada atrativo ou estrutura, a categoria de classificação ROVUC pretendida pela unidade de conservação após a execução das intervenções, bem como as atividades e os serviços potenciais passíveis de desenvolvimento. Adicionalmente, os quadros explicitam os principais benefícios decorrentes das intervenções propostas, evidenciando a qualificação do uso público. Na sequência de cada quadro setorial, será apresentada a respectiva base cartográfica, com a localização dos atrativos e das infraestruturas propostas para cada setor, permitindo a compreensão espacial e integrada das ações previstas.



Quadro 15: PII para o Setor 01

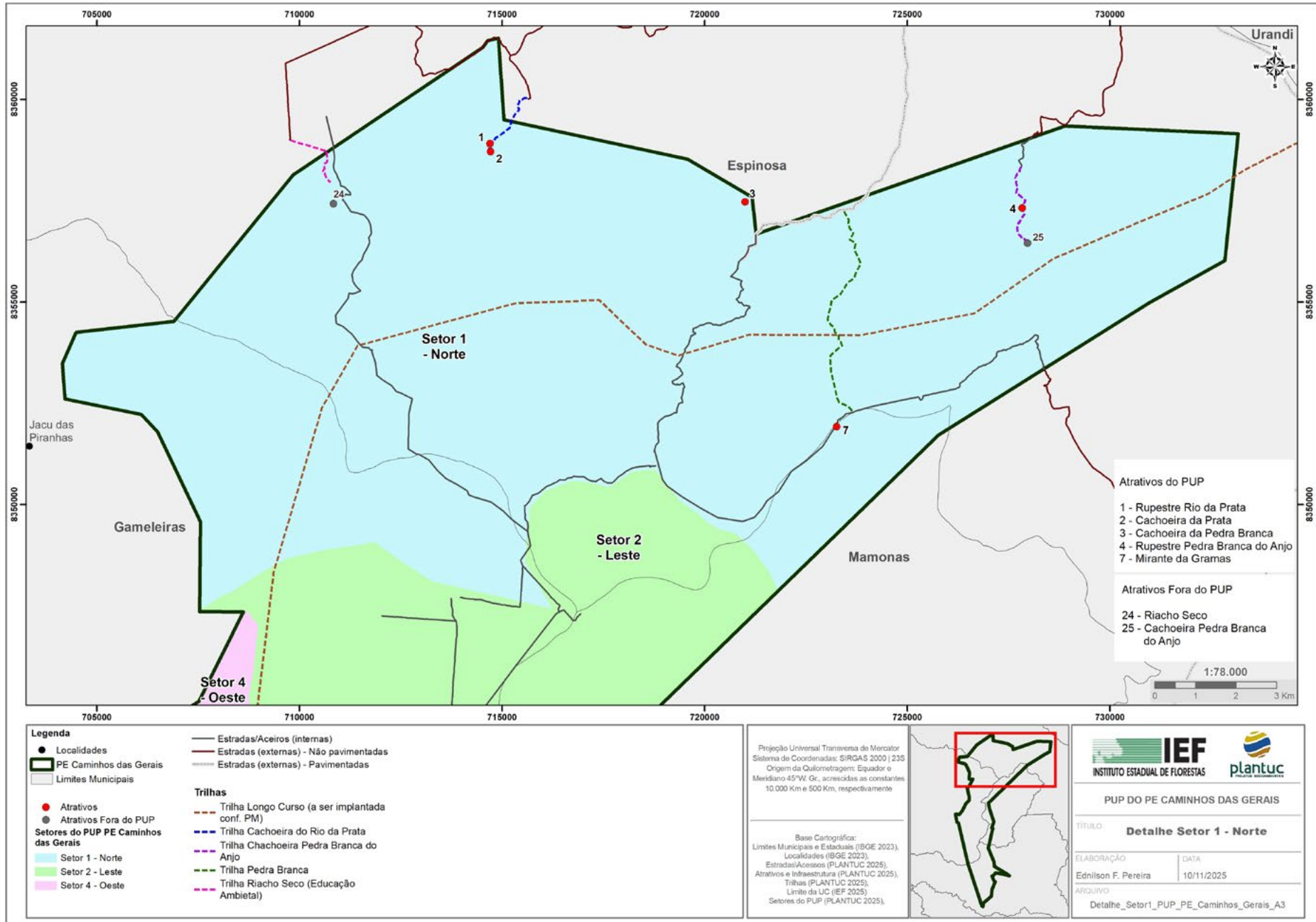
PII para o Setor 01				
Atrativo/ Intervenção	Infraestrutura Proposta	Classificação ROVUC (Pretendida pela UC pós- intervenção)	Atividade e Serviço (Potencial)	Benefício
Cachoeira da Pedra Branca	Alteração do Ponto de captação de água, Estacionamento, Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa, Intervenções de Acessibilidade, Instalação Sanitária (PCD), Acesso ao poço com Acessibilidade	Natural	Atividade: Banho, Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Manutenção da qualidade da água captada pela comunidade, Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Posto de Controle da Pedra Branca	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Estradas/Aceiro	Manutenção	Natural	Atividade: Travessias motorizadas ou em bicicleta Serviço: Condução de Visitantes/ Mobilidade entre as comunidades	Mobilidade, Estrada-Parque
Posto de Controle das Gramas	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Mirante das Gramas	Estacionamento, Deck Contemplativo Acessível, Estruturas de Segurança, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Posto de Controle do Riacho Seco	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Trilha Riacho Seco (Educação Ambiental)	Formalização de Termo de Parceria com o Proprietário do acesso, Estacionamento (Vans e Ônibus), Manejo da Trilha, Intervenções de Acessibilidade, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Área de Convivência (Praça)	Natural	Atividade: Educação Ambiental Serviço: Institucional	Educação Ambiental e Cultural

Cachoeira da Prata	Formalização de Termo de Parceria com o Proprietário do acesso, Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Banho, Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Rupestre da Rio da Prata	Autorização do IPHAN para visitação, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Estrutura de Proteção do Sítio (Guarda Corpo para Proteção dos Grafismo e Piso Elevado)	Natural	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Proteção do Sítio Arqueológico/ Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Rupestre Pedra Branca do Anjo	Autorização do IPHAN para visitação, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Estrutura de Proteção do Sítio (Guarda Corpo para Proteção dos Grafismo)	Natural	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Proteção do Sítio Arqueológico/ Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha da Pedra Branca	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha de Longo Curso	Abertura e Manejo da Trilha, Sinalização Direcional, Definição de pontos de Pernoite (Acampamento Selvagem) e Regras de Conduta	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada, Pernoite Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança

Elaboração: PLANTUC, 2026



Mapa 03: Localização dos Atrativos e Infraestruturas no Setor 01



Elaboração: PLANTUC, 2025

Quadro 16: PII para o Setor 02

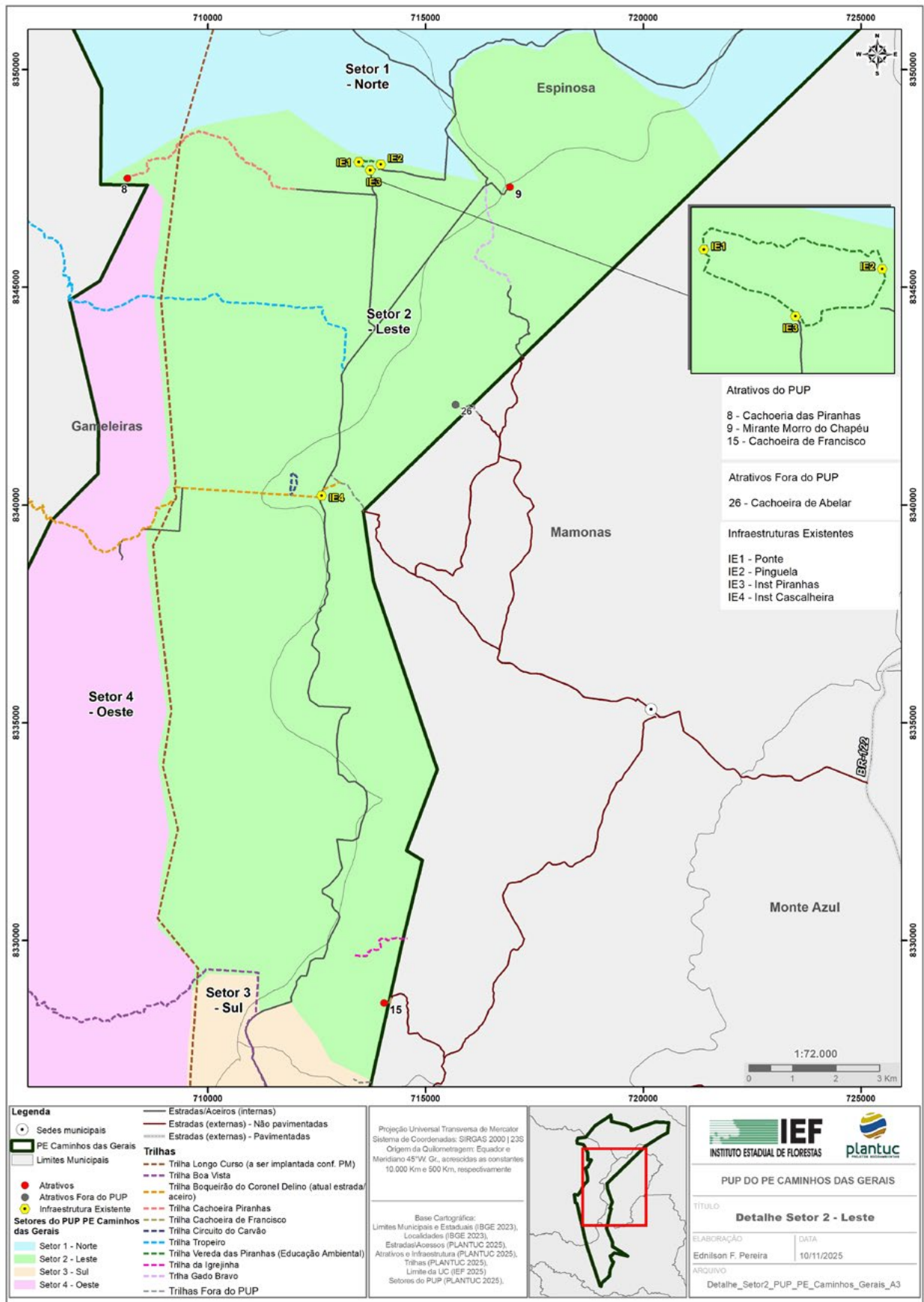
PII para o Setor 02				
Atrativo/ Intervenção	Infraestrutura Proposta	Classificação ROVUC (Pretendida pela UC pós- intervenção)	Atividade e Serviço (Potencial)	Benefício
Cachoeira das Piranhas (banho não permitido)	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Deck Contemplativo para Cachoeira, Estrutura de Segurança, Passarela Elevada (brejo)	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Manutenção da qualidade da água captada pela comunidade, Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Ponto de Apoio das Piranhas	Estacionamento, Centro de Pesquisa/ Alojamento, Centro de Visitantes	Seminatural	Atividade: Pesquisa e Receptivo Serviço: Apoio ao Pesquisador e Receptivo Visitante	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Prestação de Serviços, Acessibilidade, Segurança
Trilha Vereda das Piranhas (Educação Ambiental)	Manejo da Trilha, Intervenções de Acessibilidade, Passarela Elevada (substituir pinguela), Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Educação Ambiental Serviço: Institucional	Educação Ambiental e Cultural
Ponto Pernoite Piranhas	Estacionamento, Pernoite (Acampamento e Motorhome), Área de Cocção, Vestiários (PCD), Coletores de Resíduos	Seminatural	Atividade: Hospedagem Serviço: Pernoite em Acampamento ou Motorhome próprio, Infraestrutura de Apoio	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Prestação de Serviços, Acessibilidade, Segurança
Posto de Controle Mamonas	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Estradas/Aceiro	Manutenção	Natural	Atividade: Travessias motorizadas ou em bicicleta Serviço: Condução de Visitantes/ Mobilidade entre as comunidades	Mobilidade, Estrada-Parque
Cachoeira de Francisco	Formalização de Termo de Parceria com o Proprietário do acesso, Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Banho, Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança

Mirante Morro do Chapéu	Estacionamento, Estrutura Suspensa para elevação do Mirante, Deck Acessível, Estruturas de Segurança, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Ponto de Apoio Cascalheira	Centro de Informações, Estacionamento, Instalação Sanitária Funcionários, Sinalização Indicativa	Seminatural	Atividade: Apoio Operacional Serviço: Informações	Presença Institucional, Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha Gado Bravo	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha Longo Curso	Abertura e Manejo da Trilha, Sinalização Direcional, Definição de pontos de Pernoite (Acampamento Selvagem) e Regras de Conduta	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada, Pernoite Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança

Elaboração: PLANTUC, 2026



Mapa 04: Localização dos Atrativos e Infraestruturas no Setor 02



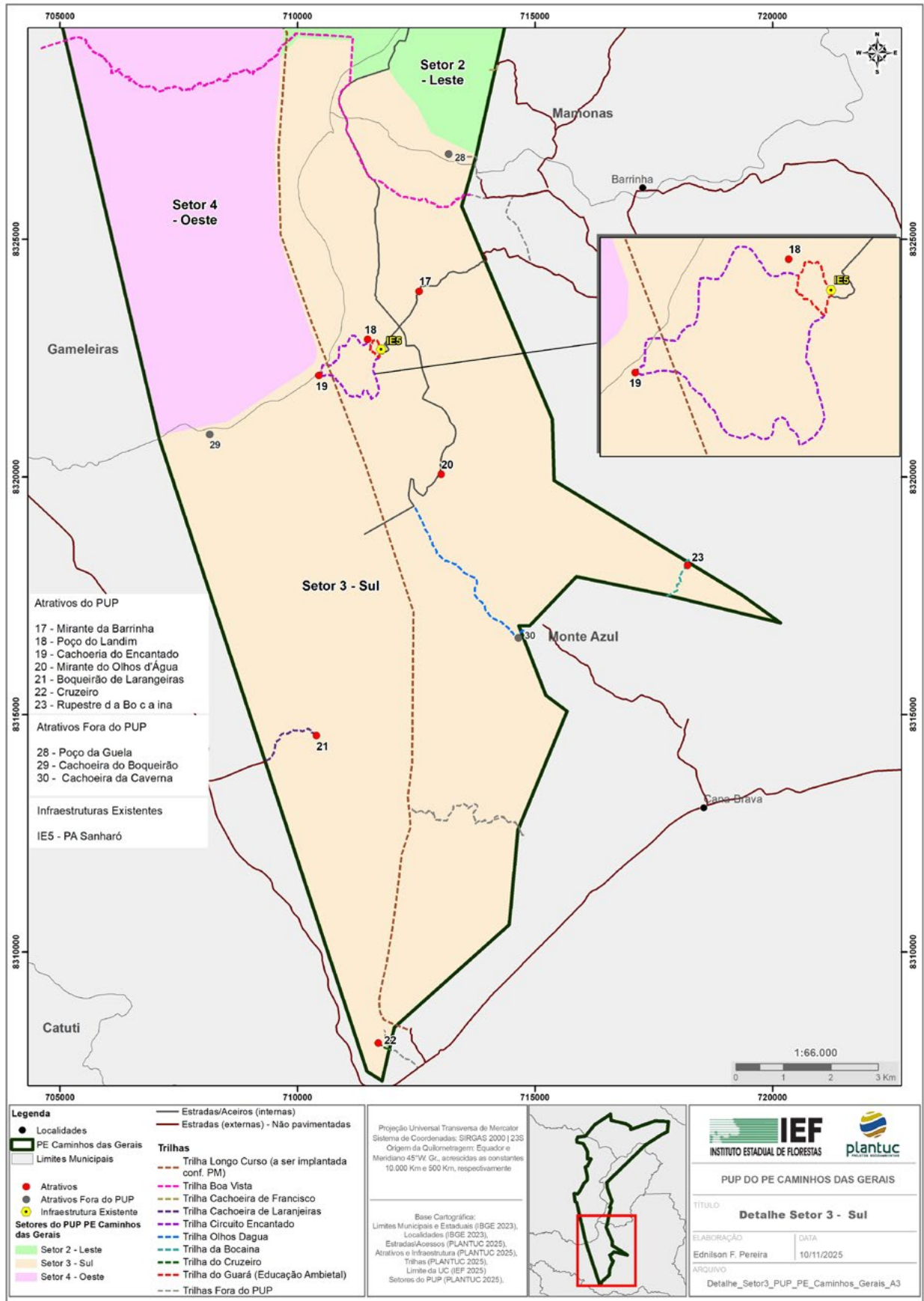
Quadro 17: PII para o Setor 03

PII para o Setor 03				
Atrativo/ Intervenção	Infraestrutura Proposta	Classificação ROVUC (Pretendida pela UC pós- intervenção)	Atividade e Serviço (Potencial)	Benefício
Ponto de Apoio Sara-nhó	Estacionamento, Pernoite (Acampamento e Motorhome), Área de Cocção, Vestiários (PCD), Coletores de Resíduos	Seminatural	Atividade: Hospedagem e Apoio Operacional Serviço: Pernoite em Acampamento ou Motorhome próprio, Infraestrutura de Apoio	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Prestação de Serviços, Acessibilidade, Segurança
Circuito Encantado	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Facilitadores de Acesso (Escadas e Pontes)	Natural	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Cachoeira do Encantado (banho não permitido)	Deck Contemplativo	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha do Guará	Manejo da Trilha, Intervenções de Acessibilidade, Passarela Elevada (substituir pinguela), Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Poço Landim (banho não permitido)	Deck Contemplativo	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Nova Sede Administrativa	Espaço de chegada com deck, Escritório (04 a 06 pessoas) com almoxarifado, Copa para funcionários, Banheiros masculino e feminino acessíveis à Portadores de Deficiência, Depósito de materiais de limpeza, Alojamentos para funcionários e/ou pesquisadores (02 quartos com banheiro), Depósito de materiais para brigadistas, Depósito de ferramentas, Abrigo de resíduos, Estacionamento coberto, Varanda com espaço coberto multiuso, Sanitários masculino e feminino públicos acessíveis à Pessoas com Deficiência (PCD).	Seminatural	Atividade: Apoio Operacional Serviço: Informações	Presença Institucional
Estradas/Aceiro	Manutenção	Natural	Atividade: Travessias motorizadas ou em bicicleta Serviço: Condução de Visitantes/ Mobilidade entre as comunidades	Mobilidade, Estrada-Parque

Posto de Controle da Barrinha	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Mirante da Barrinha	Estacionamento, Deck Contemplativo Acessível, Estruturas de Segurança, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Trilha Boa Vista	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha Olhos d'água	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Mirante Olhos D'água	Estacionamento, Deck Contemplativo Acessível, Estruturas de Segurança, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Boqueirão das Laranjeiras	Formalização de Termo de Parceria com o Proprietário do acesso, Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Natural	Atividade: Banho, Contemplação Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Cruzeiro	Revisão do Zoneamento no Plano de Manejo (atualmente é Zona de Preservação), Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Estrutura de Segurança	Prístina	Atividade: Caminhada, Contemplação, Romaria Religiosa Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha da Bocaina	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Rupestre da Bocaina	Autorização do IPHAN para visitação, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Estrutura de Proteção do Sítio (Guarda Corpo para Proteção dos Grafismo e Piso Elevado)	Natural	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Proteção do Sítio Arqueológico / Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha Longo Curso	Abertura e Manejo da Trilha, Sinalização Direcional, Definição de pontos de Pernoite (Acampamento Selvagem) e Regras de Conduta	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada, Pernoite Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Centro Receptivo Turístico	Aquisição e reforma da Sede da Fazenda Grande Sertão. Intervenções Gerais de Acessibilidade, Estacionamento, Sinalização Indicativa e Interpretativa. Inclusão do imóvel na redefinição de perímetro da UC.	Ruralizado	Atividade: Receptivo Turístico Serviço: Receptivo Turístico e Condução de Visitantes	Presença Institucional, Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança

Elaboração: PLANTUC, 2026

Mapa 05: Localização dos Atrativos e Infraestruturas no Setor 03

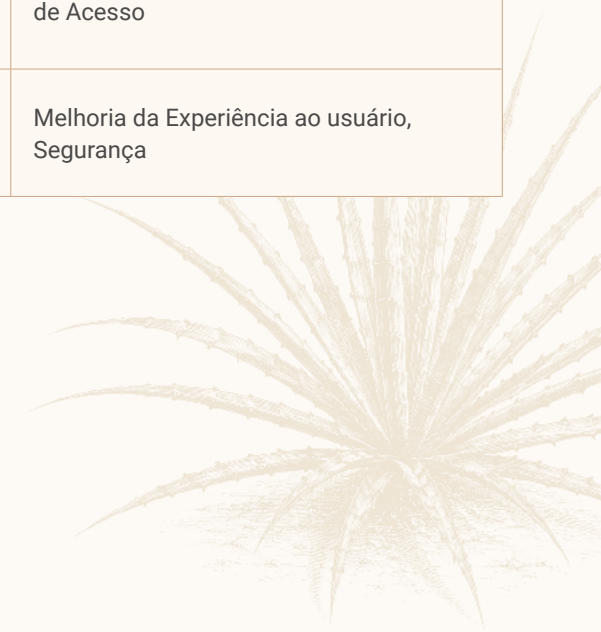


Quadro 18: PII para o Setor 04

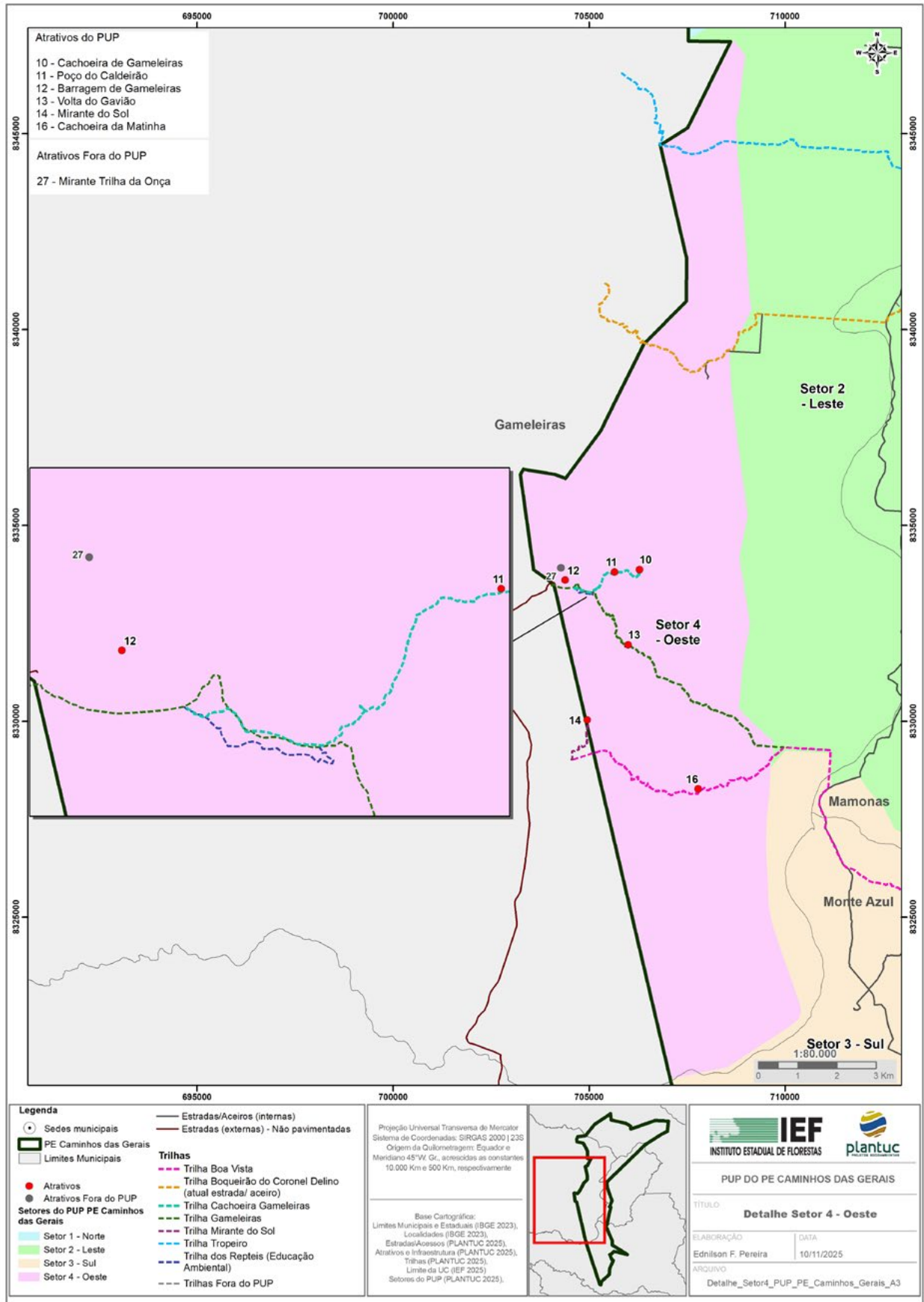
PII para o Setor 04				
Atrativo/ Intervenção	Infraestrutura Proposta	Classificação ROVUC (Pretendida pela UC pós- intervenção)	Atividade e Serviço (Potencial)	Benefício
Trilha de Gameleiras	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Trilha Boa Vista	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Passarela Elevada (brejo)	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Mirante do Sol	Revisão do Zoneamento no Plano de Manejo (atualmente é Zona de Preservação), Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Estrutura de Segurança	Natural	Atividade: Caminhada, Contemplação, Romaria Religiosa Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Mirante Volta do Gavião	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Cachoeira da Matinha (não é permitido banho)	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança
Estradas/Aceiros	Manutenção	Natural	Atividade: Travessias motorizadas ou em bicicleta Serviço: Condução de Visitantes/ Mobilidade entre as comunidades	Mobilidade, Estrada-Parque
Posto de Controle da Gameleiras	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Barragem de Gameleiras	Regularização da Barragem, Estacionamento, Intervenções de Acessibilidade, Deck Contemplativo Acessível, Instalação Sanitária (PCD), Serviços de Alimentação, Pernoite (Acampamento e Motorhome), Área de Cocção, Vestiários (PCD), Coletores de Resíduos, Ponto para Prestadores de Serviços	Seminatural	Atividade: Caminhada, Banho, Contemplação, Mergulho, Esportes Náuticos (Standup Paddle, Caiaque, Natação, etc), Pesca de Espécies Exóticas, Hospedagem Serviço: Condução de Visitantes, Pernoite em Acampamento ou Motorhome próprio, Infraestrutura de Apoio, Aluguel de Equipamentos e Barcos, Serviços de Alimentação, Infraestrutura de Apoio	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Prestação de Serviços, Acessibilidade, Segurança

Poço Caldeirão	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Passarela Elevada para Acessibilidade	Natural	Atividade: Contemplação, Caminhada, Banho Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Cachoeira de Gameleiras	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Passarela Elevada para Acessibilidade, Acesso ao poço com Acessibilidade	Natural	Atividade: Contemplação, Caminhada, Banho Serviço: Condução de Visitantes	Conforto e Melhoria da Experiência ao usuário, Acessibilidade, Segurança
Trilha dos Repteis	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa, Intervenções de Acessibilidade, Área de Convivência (Praça)	Natural	Atividade: Educação Ambiental Serviço: Institucional	Educação Ambiental e Cultural
Posto de Controle do Vale do Coronel	Guarita Coberta, Sinalização Indicativa, Instalação Sanitária Funcionário	Natural	Atividade: Controle de Acesso Serviço: Informações	Presença Institucional, Controle de Acesso
Trilha ds Tropeiros	Manejo da Trilha, Sinalização Indicativa e Interpretativa	Prístina	Atividade: Contemplação, Caminhada Serviço: Condução de Visitantes	Melhoria da Experiência ao usuário, Segurança

Elaboração: PLANTUC, 2026



Mapa 06: Localização dos Atrativos e Infraestruturas no Setor 04



4.4 Sistematização das Oportunidades de Experiência de Visitação no Setor

A sistematização das oportunidades de experiência de visitação no Parque Estadual Caminho dos Gerais foi realizada com base na metodologia do Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), que permite classificar atrativos e infraestruturas segundo diferentes classes de experiência, considerando o grau de naturalidade, a presença de infraestrutura e a intensidade de uso potencial.

A Figura 4 sintetiza a distribuição percentual das classes de experiência (Prístina, Natural e Seminatural ou Ruralizada) por setor da unidade, tomando como base o total de atrativos e infraestruturas identificados no diagnóstico. A análise evidencia a predominância das classes Natural e Seminatural ou Ruralizada na composição das oportunidades de visitação do Parque.

Essa configuração indica que, embora a unidade possua extensas áreas com elevado grau de integridade ecológica, a maior parte dos pontos com potencial de implementação inicial do uso público encontra-se em ambientes que já apresentam algum nível de modificação antrópica ou infraestrutura existente. Do ponto de vista do planejamento, esse cenário favorece a estratégia de implantação progressiva da visitação, priorizando setores em que a consolidação de acesso, a necessidade de intervenção física e os riscos de impacto ambiental são mais previsíveis e manejáveis.

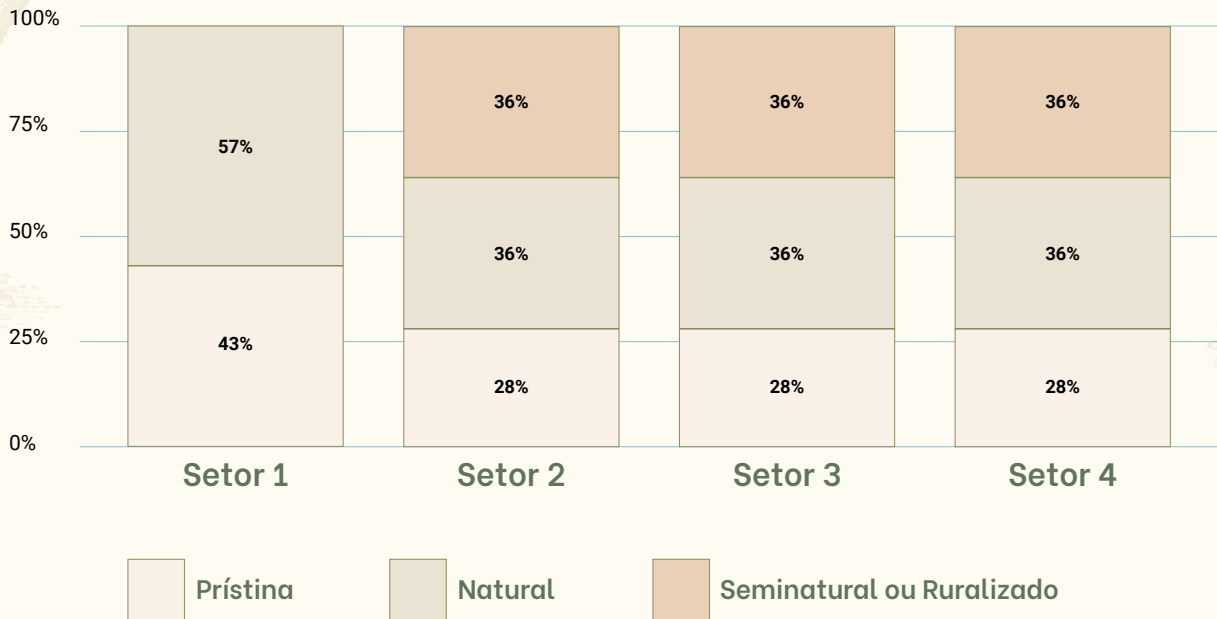
A menor proporção relativa de experiências classificadas como prístinas é coerente com o papel prioritário dessas áreas para a conservação da biodiversidade, a manutenção de processos ecológicos e a proteção de recursos hídricos e sítios rupestres. Nesses ambientes, eventuais propostas de visitação deverão ser avaliadas de forma criteriosa, considerando o zoneamento do plano de manejo, os limites estabelecidos pelo Número Balizador de Visitação (NBV) e os resultados do monitoramento ambiental.

A distribuição das classes entre os setores também revela potencial para a descentralização espacial da visitação. A presença de experiências Naturais e Seminaturais em mais de um setor permite estruturar roteiros distribuídos territorialmente, reduzindo a concentração de fluxo em um único ponto e contribuindo para a mitigação de impactos cumulativos. Essa característica é particularmente relevante em uma unidade de grande extensão territorial e com acessos dispersos, onde o deslocamento entre setores pode demandar tempo significativo.

Do ponto de vista técnico, o gráfico não representa apenas um diagnóstico descritivo, mas um instrumento orientador para as etapas subsequentes do Plano. A distribuição das classes fundamenta a definição de prioridades na Matriz de Planejamento de Ações, orienta o nível de infraestrutura admissível por setor, subsidia a elaboração do Protocolo Operacional e dialoga diretamente com os parâmetros de capacidade e controle definidos pelo NBV.

Assim, a análise integrada entre a classificação das experiências, a distribuição territorial e os condicionantes operacionais assegura coerência entre diagnóstico, diretrizes e implementação do uso público, contribuindo para que a abertura da visitação ocorra de forma compatível com a conservação e com a capacidade de gestão da unidade.

Figura 4 – Gráfico número de atrativos por setor e classe de experiência.



5.

Diretriz



5.1 Diretrizes gerais para gestão da visitação

A gestão da visitação no Parque Estadual Caminho dos Gerais deverá observar o princípio da compatibilização entre a conservação da biodiversidade, a proteção do patrimônio cultural, a segurança dos visitantes, a valorização das comunidades do entorno e a viabilidade operacional da gestão da unidade. Considerando a extensão territorial do PECGerai, a diversidade ambiental e paisagística dos seus 04 (quatro) setores e a atual ausência de visitação formal estruturada, a abertura do uso público deverá ocorrer de forma gradual, condicionada à existência de condições mínimas de ordenamento, segurança, manejo e monitoramento. O PUP deverá orientar esse processo a partir da realidade territorial da unidade, reconhecendo a importância das travessias, das trilhas históricas, da rede de estradas e aceiros com potencial de estruturação como estradas-parque, dos atrativos de forte vínculo comunitário e dos locais que dependem de pactuação de acesso com terceiros.

A priorização da abertura de setores, atrativos e percursos deverá considerar, de forma integrada, a compatibilidade com o zoneamento e com os objetivos de conservação da unidade; a sensibilidade ambiental do local; a situação fundiária e a viabilidade de acesso; a existência de trilhas, estradas ou percursos com uso consolidado; a necessidade e a viabilidade de manejo; o nível de risco associado à visitação; o potencial de educação ambiental, interpretação e valorização cultural; a capacidade de suporte operacional da gestão; e a possibilidade de articulação com parceiros locais. A visitação deverá ser organizada com base na setorização proposta pelo plano de manejo, reconhecendo que os setores apresentam vocações e condicionantes distintos, e que o processo de implantação precisa refletir as prioridades levantadas no diagnóstico e validadas durante a oficina participativa.

Diretrizes objetivas

- Promover a abertura gradual da visitação, por setor, atrativo e percurso, conforme condições mínimas de manejo, segurança e capacidade operacional da gestão.
- Priorizar atrativos com maior viabilidade de implantação, menor conflito de uso e maior aderência aos objetivos de conservação.
- Reconhecer travessias, trilhas históricas e caminhos tradicionais como elementos estruturantes da experiência de visitação no parque.
- Considerar a rede de estradas e aceiros como potencial eixo de integração territorial, condicionada ao planejamento específico e ao controle de uso.
- Exigir pactuação prévia para visitação em atrativos cujo acesso dependa de propriedades particulares.
- Prever mecanismos de interdição temporária ou restrição de uso sempre que houver risco ambiental, operacional, climático, fundiário ou à segurança dos visitantes.

- Adotar manejo adaptativo, com revisão periódica das regras e prioridades conforme os dados de monitoramento.
- Estabelecer mecanismos para redução de riscos inerentes aos ambientes naturais, bem como regras de segurança e normas de conduta.
- Recomendar, em estágio inicial de abertura e operação, a visita guiada por condutores locais credenciados, até que o aprimoramento de recursos humanos e de infraestrutura permita o avanço para um cenário de visita não guiada, exceto na Barragem de Gameleiras.
- Deverá haver agendamento prévio para grupos organizados que incluem visitas pedagógicas/científicas, excursões, entre outros.
- Atualizar o zoneamento do plano de manejo para que os atrativos que estão em zona de preservação sejam alocados para zoneamento adequado (Mirante do Sol e Cruzeiro).
- Promover a integração com as unidades de conservação no entorno.

5.2 Diretrizes para a qualificação dos serviços de apoio à visita

A qualificação dos serviços de apoio à visita deverá ser orientada pela valorização da rede produtiva local, pelo fortalecimento da economia do entorno, pela promoção do turismo de base comunitária e pela ampliação progressiva da capacidade regional de atendimento ao visitante. Tal diretriz é especialmente relevante no PECGerais, em razão da baixa consolidação da oferta turística em parte dos municípios do entorno e da necessidade de estruturar a visita como processo articulado entre gestão da UC, prefeituras, associações, empreendedores locais e comunidades. Nesse contexto, a oferta de serviços deverá contribuir para ampliar o tempo de permanência do visitante na região, distribuir benefícios socioeconômicos e consolidar uma rede local de apoio compatível com a proposta de uso público do parque.

A gestão deverá estimular a formação, o cadastramento e a qualificação de condutores locais, observando a regulamentação específica aplicável ao IEF para credenciamento, autorização ou cadastro de prestadores de serviço. De forma complementar, deverão ser estimuladas iniciativas de alimentação, hospedagem domiciliar, transporte, produção associada ao turismo, comercialização de artesanato e experiências culturais, com prioridade para arranjos locais e comunitários. Nos casos em que houver viabilidade legal, ambiental e operacional, poderão ser estruturados serviços específicos vinculados a determinados atrativos e setores, desde que precedidos de análise técnica e compatibilizados com o zoneamento, o ROVUC, o NBV e a capacidade de fiscalização.

Diretrizes objetivas

- Priorizar a participação da rede produtiva local na estruturação dos serviços de apoio à visitação.
- Estimular o turismo comunitário e a geração de renda associada ao uso público, com foco nas comunidades geraizeiras, caatingueiras e quilombolas estabelecidas no entorno da unidade.
- Promover a qualificação de condutores locais conforme normativas específicas do IEF.
- Incentivar serviços locais de alimentação, hospedagem, transporte, apoio logístico e produção associada ao turismo.
- Articular a implantação dos serviços com Prefeituras, Circuito Turístico da Serra Geral, associações, comunidades e parceiros institucionais.
- Condicionar novos serviços à viabilidade legal, ambiental, operacional e fundiária.
- Integrar a oferta de serviços à visitação por setores e aos atrativos priorizados pelo PUP.
- Incentivar a regularização da Barragem de Gameleiras para posterior viabilização do uso público no local.

5.3 Diretrizes para diversificação e aprimoramento das atividades de visitação

A diversificação das atividades de visitação no PECGerais deverá refletir a singularidade territorial da unidade, evitando a concentração da oferta apenas em atrativos hídricos e ampliando o repertório de experiências com base na paisagem, nas travessias, nos mirantes, no patrimônio cultural, nas pinturas rupestres, nas trilhas de longo curso, na observação da biodiversidade, no turismo pedagógico, na interpretação ambiental, no turismo religioso e na valorização dos modos de vida locais. A água deverá ser tratada simultaneamente como atrativo, elemento simbólico e tema estruturante de interpretação ambiental, considerando a relevância do Parque para a proteção de nascentes e para o abastecimento das comunidades do entorno.

As pinturas rupestres e demais referências arqueológicas e históricas deverão ser valorizadas como componentes estratégicos da experiência de visitação, com abordagem prioritariamente interpretativa e educativa, sempre condicionada à adoção de medidas de proteção, controle de acesso e comunicação adequada ao visitante. Da mesma forma, a Trilha de Longo Curso, as travessias intersetoriais e os caminhos associados ao tropeirismo e à Rota do Sal deverão orientar a estruturação de produtos integrados de visitação, capazes de distribuir fluxos, articular municípios, valorizar o território e ampliar o tempo de permanência do visitante na região.

Diretrizes objetivas

- Diversificar a oferta de visitação para além das cachoeiras e do uso recreativo da água.
- Valorizar mirantes, travessias, trilhas históricas, roteiros culturais e experiências interpretativas e de imersão na paisagem.
- Estruturar produtos vinculados à Rota do Sal, ao tropeirismo e às conexões históricas entre comunidades.
- Tratar a água como elemento central de interpretação ambiental, e não apenas como atrativo recreativo.
- Compatibilizar atividades em atrativos hídricos com restrições relacionadas à captação, ao abastecimento e à conservação dos recursos hídricos.
- Estimular atividades de educação ambiental, turismo pedagógico/científico e experiências comunitárias.
- Implantar novas experiências de forma gradual, conforme manejo, sinalização, monitoramento e pactuação institucional.
- Implantar em atrativos prioritários e de maior visitação, infraestruturas com acessibilidade universal permitindo maior diversidade de visitantes.
- Manter, de maneira periódica, o manejo de trilhas e manutenção das estradas.
- Articular parcerias com o poder público local, visando ao fornecimento de mão de obra e equipamentos para a manutenção das estradas/aceiros.
- Implantar áreas de pernoite e infraestruturas de apoio, visando à maior permanência e qualificação da experiência dos visitantes.
- Definir e implantar sinalização padronizada indicativa, interpretativa e normativa (regras e restrições), em linguagem direta e compatível com o perfil do visitante, priorizando acessos e atrativos de maior uso potencial.
- Implantar infraestruturas de apoio com técnicas construtivas de baixo impacto que atendam aos critérios mínimos de operação: segurança, limpeza, armazenamento temporário de resíduos, orientação ao visitante e comunicação de emergência.
- Estruturar orientações e infraestrutura mínima para banho e uso de atrativos hídricos, onde autorizado, incluindo pontos de acesso definidos, condutas de segurança, prevenção de contaminação e restrição de detergentes/sabões.
- Definir normas e estruturas básicas de estacionamento em locais autorizados, evitando compactação de solo, dano à vegetação e estacionamentos improvisados.
- Estabelecer critérios para a proteção e a visitação de sítios rupestres, com delimitação de área de visitação, condutas proibidas, necessidade de condução e sinalização interpretativa controlada.
- Implantar programa de voluntariado na UC.

- Diversificar as experiências de visitação na UC, abrangendo travessias motorizadas, de bicicleta e a pé, observação da vida silvestre, educação ambiental, astroturismo e interpretação da paisagem.
- Integrar experiências culturais ao uso público, por meio de roteiros interpretativos associados a caminhos tradicionais, Rota do Sal, modos de vida geraizeiro/caatingueiro e práticas produtivas locais, mediante acordos e condutas definidas com as comunidades.
- Definir critérios de ordenamento para atividades de aventura (quando autorizadas): análise prévia de risco, regras de grupo, necessidade de condutor, pontos de início/fim e comunicação de emergência.
- Estabelecer diretrizes para astroturismo em áreas autorizadas, com gestão de ruídos, iluminação mínima, proibição de fogueiras e regras de permanência noturna.
- Priorizar experiências de visitação que distribuam fluxos entre setores, reduzindo pressão localizada e favorecendo roteiros integrados com o entorno, considerando as limitações de deslocamento e oferta de serviços.
- Estabelecer diretrizes para visitação pedagógica, com roteiros por faixa etária, objetivos didáticos, protocolos de segurança, limites de grupo e procedimentos de agendamento.

5.4 Diretrizes para monitoramento da visitação

O monitoramento da visitação deverá ser implantado desde a fase inicial de abertura dos atrativos, como condição essencial para o manejo adaptativo do uso público no PECGerais. O sistema deverá contemplar, no mínimo, o registro de visitantes, procedência, tipo de visita, acompanhamento das condições de trilhas e atrativos, registro de ocorrências, verificação de impactos ambientais e socioculturais, avaliação do cumprimento das regras de visitação e análise da efetividade das medidas de segurança e manejo. O Número Balizador da Visitação deverá ser utilizado como instrumento orientador do ordenamento quantitativo da visitação, devendo ser interpretado em conjunto com os dados de monitoramento, com as condições sazonais, com a capacidade operacional da gestão e com a evolução das estruturas implantadas.

Os dados produzidos pelo monitoramento deverão subsidiar ajustes na matriz de planejamento, revisão de protocolos, reavaliação de prioridades de investimento e eventual redefinição de limites de uso por setor ou atrativo. O monitoramento não deverá ser compreendido como ação meramente administrativa, mas como instrumento de gestão voltado ao aprimoramento contínuo da visitação, à prevenção de impactos e à qualificação da experiência do visitante.

Diretrizes objetivas

- Implantar sistema mínimo de registro e controle da visitação desde a fase inicial de abertura, monitorando o fluxo, o perfil de visitantes, as estruturas, os impactos, as ocorrências e o nível de satisfação dos visitantes.
- Capacitar e implantar um sistema de monitoramento complementar a ser feito com apoio dos moradores locais (empoderando-os para o monitoramento do parque).
- Implementar monitoramento cíclico de indicadores mínimos: uso real x NBV, condições de trilhas (erosão/alargamento), resíduos, focos de impacto em atrativos hídricos, conflitos e ocorrências (segurança, ilícitos).
- Adotar procedimento de registro e análise de ocorrências de incêndio e risco de incêndio associadas à visitação (bitucas, fogueiras, uso indevido), com medidas preventivas e educativas.
- Estabelecer protocolo de monitoramento de sítios rupestres, com registro fotográfico periódico, controle de acesso, verificação de vandalismo e medidas de proteção.
- Realizar avaliação periódica de qualidade da experiência do visitante, com instrumentos simples (pesquisa presencial/digital) e análise por setor/atividade.
- Integrar o monitoramento a parcerias locais (condutores, escolas, lideranças), com capacitação e procedimentos padronizados para coleta de dados e comunicação à gestão.
- Definir periodicidade de revisão do NBV e do protocolo, com base nos resultados do monitoramento e na capacidade operacional.

5.5 Diretrizes para equidade de gênero na gestão da visitação

A implantação do uso público no PECGerais deverá incorporar a equidade de gênero como diretriz transversal, assegurando condições para a participação efetiva de mulheres na governança, na prestação de serviços, na condução de visitantes, na hospitalidade, na produção associada ao turismo e nas atividades formativas vinculadas ao plano. Considerando o contexto territorial e comunitário da unidade, a promoção da equidade deverá observar tanto a ampliação de oportunidades econômicas quanto a redução de barreiras concretas à participação feminina.

A gestão deverá adotar medidas que favoreçam a inserção de mulheres nas oportunidades geradas pela visitação, inclusive em atividades tradicionalmente menos acessadas por elas, como condução, operação logística e participação em espaços decisórios. Também deverão ser considerados aspectos de segurança, mobilidade, comunicação, horários, acolhimento e acessibilidade nas ações de formação, participação social e desenvolvimento da rede produtiva local.

Diretrizes objetivas

- Fomento ao Empreendedorismo Feminino Local: incentivar a criação e o fortalecimento de cooperativas, associações e redes de serviços lideradas por mulheres (como condutoras de visitantes, artesãs e fornecedoras de alimentação), garantindo que os benefícios econômicos do turismo alcancem diretamente as mulheres das comunidades ao redor, como quilombolas, caatingueiras e geraizeiras.
- Infraestrutura e Design Inclusivo: projetar estruturas de apoio (centros de visitantes, banheiros e áreas de descanso) que considerem as necessidades específicas de mulheres, incluindo fraldários em áreas comuns e acessibilidade para carrinhos de bebê, promovendo o lazer familiar de forma equânime.
- Segurança e Protocolos Contra o Assédio: implementar sinalização clara, canais de denúncia e protocolos de segurança específicos para prevenir o assédio e garantir que mulheres (visitantes ou trabalhadoras) sintam-se seguras ao transitar sozinhas ou em grupos pela unidade.
- Capacitação e Letramento de Gênero: realizar treinamentos periódicos com a equipe do Parque, condutores e prestadores de serviço sobre equidade de gênero, diversidade e combate ao preconceito, assegurando um atendimento respeitoso e inclusivo.
- Representatividade na Comunicação Visual: garantir que os materiais de divulgação, sites e placas de interpretação ambiental utilizem linguagem inclusiva e imagens que retratem mulheres em papéis ativos (como guias, pesquisadoras e aventureiras), rompendo estereótipos de gênero.
- Participação em Espaços de Decisão: estabelecer mecanismos que garantam a presença e a voz ativa de mulheres nos conselhos gestores e nas reuniões de planejamento do uso público, assegurando que suas perspectivas influenciem as políticas da unidade.
- Monitoramento e Dados Desagregados: coletar e analisar dados de visitação e de impacto socioeconômico de forma separada por gênero. Isso permite identificar lacunas de acesso, diferenças de comportamento de consumo e a eficácia das políticas de inclusão ao longo do tempo.
- Estabelecer diretrizes para segurança operacional com enfoque de gênero: comunicação de risco, pontos de apoio e orientação, condutas em caso de assédio, procedimentos de acolhimento e encaminhamento.
- Inserir critérios de equidade de gênero em processos de capacitação e cadastramento de condutores e prestadores de serviço, estimulando a participação feminina e condições de trabalho adequadas.
- Incluir no monitoramento perguntas e indicadores sobre percepção de segurança, barreiras de acesso e condições de permanência, com análise desagregada quando possível.
- Planejar sinalização e comunicação interpretativa com linguagem inclusiva e orientação objetiva para públicos diversos (mulheres, famílias, grupos escolares), sem estereótipos.

- Priorizar, nas articulações com comunidades, estratégias que garantam a participação efetiva de mulheres (horários acessíveis, formas de convite, escuta e registro de demandas).

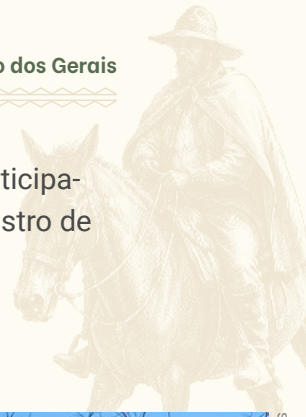


Foto: Frederico Prates



6.

Matriz de planejamento de ações

A Matriz de Planejamento de Ações do PECGerais tem por objetivo orientar a implementação gradual do uso público, articulando prioridades territoriais, condicionantes ambientais, necessidades de infraestrutura, fortalecimento da rede produtiva local e instrumentos de gestão. As ações a seguir estão organizadas em eixos estratégicos e foram formuladas com base no diagnóstico, na setorização da visitação e nas prioridades identificadas durante a oficina participativa, especialmente no que se refere à definição de atrativos prioritários, narrativas, intervenções e responsabilidades compartilhadas entre a gestão da UC, municípios, associações e moradores do entorno.



Quadro 19: Matriz de planejamento

Eixo 1 – Estruturação inicial e abertura gradual da visitação

Ação	Abrangência	Prazo	Responsável principal	Parceiros	Indicador
Estruturar fase piloto de visitação em atrativos prioritários por setor, priorizando aqueles apontados como mais estratégicos na oficina e com maior viabilidade de implantação no curto prazo.	Setor Norte, Setor Leste, Setor Sul e Setor Oeste. (Priorização presente no item 3.3.7)	curto prazo.	gestão do PECGerais/IEF.	prefeituras, condutores locais, associações e proprietários.	número de atrativos com visitação piloto implantada e monitorada.
Estruturar progressivamente trechos prioritários de estradas e trilhas, com sinalização mínima, manejo inicial, pactuação de acessos e definição de procedimentos operacionais.	Todas as estradas de acesso ao Parque e as trilhas conforme o processo de abertura dos atrativos para visitação pública de acordo com a priorização definida no plano de implantação de infraestrutura.	médio prazo.	gestão do PECGerais/IEF.	prefeituras, comunidades, associações e parceiros institucionais.	quilômetros de percursos priorizados com manejo e regras de visitação definidas
Estruturar progressivamente a estrada-parque como eixo de integração da visitação, com definição de trechos prioritários, pontos de apoio, sinalização e regras de uso.	todos os setores, com prioridade para trechos estratégicos de conexão.	médio e longo prazo.	gestão do PECGerais/IEF.	prefeituras, associações e parceiros institucionais.	quilômetros de percursos priorizados com manejo e regras de visitação definidas



Eixo 2 – Manejo, segurança e monitoramento

Ação	Abrangência	Prazo	Responsável principal	Parceiros	Indicador
Implantar sistema mínimo de controle e registro da visitação, com coleta de dados por atrativo ou setor, incluindo perfil básico do visitante, procedência, data, atividade realizada e ocorrências registradas.	todos os setores e atrativos abertos ao público.	curto prazo.	gestão do PECGerai/IEF.	condutores, parceiros locais e prefeituras.	sistema implantado e percentual de visitas registradas.
Estruturar progressivamente trechos prioritários de estradas e trilhas, com Estabelecer rotina de monitoramento das condições de trilhas, atrativos, sinalização, pontos de risco, estruturas de apoio e impactos decorrentes da visitação. mínima, manejo inicial, pactuação de acessos e definição de procedimentos operacionais.	todos os setores abertos ao público.	curto prazo e contínuo.	gestão do PECGerai/IEF.	condutores e parceiros locais.	periodicidade de vistorias e número de relatórios emitidos.
Definir procedimentos para interdição temporária de atrativos e setores em razão de incêndios, chuvas intensas, danos à infraestrutura, riscos geológicos, conflitos fundiários ou outras ocorrências críticas.	todos os setores.	curto prazo.	gestão do PECGerai/IEF.	brigada, defesa civil e prefeituras.	procedimento formal instituído e aplicado quando necessário.
Integrar o monitoramento da visitação ao processo de revisão do NBV e ao futuro plano ou programa de manejo de impactos da visitação.	todos os setores onde os atrativos possuem o NBV estabelecido.	médio prazo.	gestão do PECGerai/IEF.	equipe técnica e parceiros institucionais.	revisões periódicas realizadas com base em dados monitorados.

Eixo 3 – Patrimônio cultural, interpretação e experiência do visitante

Ação	Abrangência	Prazo	Responsável principal	Parceiros	Indicador
Desenvolver programa interpretativo do PECGerai com temáticas que priorizem a água como elemento vital, transição Cerrado-Caatinga, serviços ecossistêmicos, tropeirismo, Rota do Sal, modos de vida locais (catingueiros, gazaieiros e quilombolas) e patrimônio arqueológico.	todos os setores, com prioridade para atrativos abertos a visitação pública.	médio prazo.	gestão do PECGerai/IEF.	prefeituras, escolas, comunidades, pesquisadores e condutores.	programa interpretativo elaborado e materiais prioritários produzidos.
Implantar medidas de proteção, interpretação e uso controlado em atrativos com pinturas rupestres e outros bens culturais sensíveis.	setores com ocorrência de patrimônio cultural sensível.	médio prazo.	gestão do PECGerai/IEF	órgãos de patrimônio, proprietários e parceiros técnicos.	atrativos com patrimônio cultural protegido e com regras de visitação definidas.

Eixo 4 – Comunidades, serviços e governança territorial

Ação	Abrangência	Prazo	Responsável principal	Parceiros	Indicador
Formalizar agenda permanente de articulação entre gestão da UC, municípios do entorno, conselho consultivo, circuito turístico, associações, comunidades e rede produtiva do uso público.	território do parque e entorno.	curto prazo e contínuo.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	prefeituras, conselho consultivo, associações e lideranças locais.	número de reuniões e encaminhamentos pactuados.
Promover programa de formação para condutores locais e outros prestadores de serviços associados ao uso público, observando as normas do IEF aplicáveis ao credenciamento ou autorização.	todos os municípios do entorno.	curto e médio prazo.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	prefeituras, SEBRAE, SENAR, circuito turístico e demais parceiros.	número de pessoas capacitadas e credenciadas.
Articular a capacitação através dos parceiros institucionais e estruturação da oferta local de alimentação, hospedagem domiciliar, transporte, artesanato, experiências culturais e apoio ao visitante, com prioridade para iniciativas comunitárias e para a participação de mulheres.	entorno da UC.	médio prazo.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	prefeituras e parceiros de desenvolvimento local, associações, empreendedores e grupos comunitários.	número de iniciativas apoiadas ou articuladas ao uso público.
Estabelecer um programa de acessibilidade que contemple infraestrutura, serviços, capacitação, atividades e experiências inclusivas.	atrativos prioritários e de maior visitação.	médio prazo.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	prefeituras e parceiros de desenvolvimento local, associações, empreendedores e grupos comunitários.	Programa implantado e pesquisa de satisfação com o público.
Formalizar instrumentos de parceria, autorização e cooperação para viabilizar acesso ordenado a atrativos e percursos que dependem de propriedades particulares.	todos os setores, conforme cada caso.	curto e médio prazo.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	proprietários lindeiros, prefeituras e assessoria jurídica institucional.	número de instrumentos formalizados.
Definir regras específicas para visitação em atrativos hídricos sujeitos a restrições por captação de água, priorizando segurança sanitária, proteção dos recursos hídricos e comunicação clara ao visitante.	setores com atrativos hídricos sensíveis.	curto prazo.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	municípios, serviços locais de abastecimento, comunidades e parceiros técnicos.	regras definidas e comunicadas nos atrativos aplicáveis.
Manter a Barragem de Gameleiras fora da visitação formal enquanto persistirem as restrições legais e técnicas, e elaborar plano específico para futura abertura condicionada, caso a situação seja regularizada.	Setor Oeste.	curto, médio e longo prazo, conforme evolução do caso.	gestão do PEC-Gerais/IEF.	órgãos competentes, município de Gameleiras e demais instituições envolvidas.	plano específico elaborado e condicionado à superação formal da restrição.

A implementação das ações previstas nesta matriz deverá observar a capacidade operacional da unidade, os resultados do monitoramento contínuo e a compatibilidade com o plano de manejo vigente. A priorização das ações poderá ser ajustada conforme disponibilidade orçamentária, articulação institucional e evolução da visitação.


A matriz constitui instrumento orientador e dinâmico, passível de revisão periódica, garantindo coerência entre planejamento estratégico, execução operacional e conservação ambiental.





7.

Instrumentos de gestão de uso público complementares ao PUP



O Plano de Uso Público do Parque Estadual Caminho dos Gerais constitui um instrumento de planejamento específico para a organização da visitação na unidade. Sua implementação, contudo, depende da articulação com instrumentos normativos e operacionais previstos na legislação ambiental e nos atos administrativos do Instituto Estadual de Florestas.

Nos termos da Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e do Decreto Federal nº 4.340/2002, a gestão das unidades de conservação deve observar o planejamento integrado, compatibilizando a conservação ambiental, a pesquisa, a educação ambiental e o uso público, quando admitido pela categoria da unidade.

No âmbito estadual, a Portaria IEF nº 20, de 31 de março de 2025, estabelece normas e diretrizes para o uso público nas unidades de conservação estaduais, prevendo a necessidade de regulamentação específica da visitação, da definição de protocolos operacionais, do monitoramento de impactos e da observância das condições de segurança e conservação ambiental. O presente item apresenta os instrumentos complementares que asseguram a operacionalização do uso público no PECGerais em conformidade com esses dispositivos.

Plano de Manejo

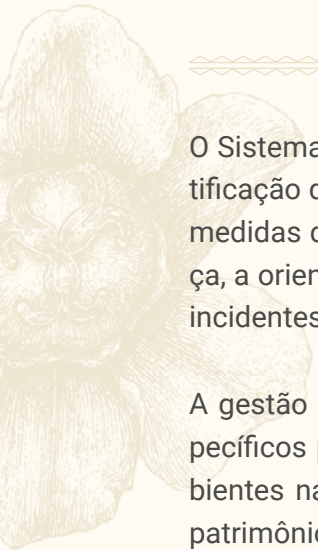
O plano de manejo constitui o instrumento técnico que estabelece o zoneamento, as normas de uso e as diretrizes gerais de gestão da unidade, conforme previsto no art. 27 da Lei nº 9.985/2000. Todas as ações de uso público deverão observar o zoneamento vigente, respeitando as restrições específicas de cada zona e assegurando compatibilidade entre a visitação e os objetivos de conservação.

Sistema de Gestão da Segurança da Visitação

A gestão da segurança da visitação constitui um componente fundamental do planejamento e da operacionalização do uso público em unidades de conservação, devendo ser incorporada de forma integrada aos instrumentos de gestão e às rotinas operacionais da unidade.

Embora não haja, no âmbito do Instituto Estadual de Florestas, normativo específico que regulamente de forma detalhada a gestão da segurança da visitação, este Plano de Uso Público adota como referência as diretrizes estabelecidas pela Portaria ICMBio nº 1.020, de 10 de outubro de 2022, que dispõe sobre normas, procedimentos e orientações para o planejamento da gestão da segurança da visitação em unidades de conservação federais.

Nesse contexto, a gestão da segurança da visitação no Parque Estadual Caminho dos Gerais deverá ser orientada por abordagem preventiva, baseada na identificação, análise e mitigação de riscos associados às atividades realizadas pelos visitantes, às características dos atrativos e às condições ambientais da unidade.



O Sistema de Gestão da Segurança da Visitação compreende, entre outros aspectos, a identificação de perigos e avaliação de riscos nos atrativos e áreas de uso público, a definição de medidas de controle e mitigação, a implementação de sinalização informativa e de segurança, a orientação adequada aos visitantes e a estruturação de procedimentos para resposta a incidentes e emergências.

A gestão da unidade deverá, sempre que possível, estabelecer protocolos operacionais específicos para atividades com maior nível de risco, tais como travessias, atividades em ambientes naturais remotos, uso de atrativos hídricos e visitação em áreas com presença de patrimônio espeleológico ou sítios rupestres, considerando as particularidades do território e o perfil dos visitantes.

Adicionalmente, a segurança da visitação deverá ser considerada nos processos de planejamento e monitoramento do uso público, sendo recomendada a integração com ações de educação ambiental, capacitação de condutores locais, articulação com órgãos de apoio e emergência, e acompanhamento sistemático de ocorrências relacionadas à visitação.

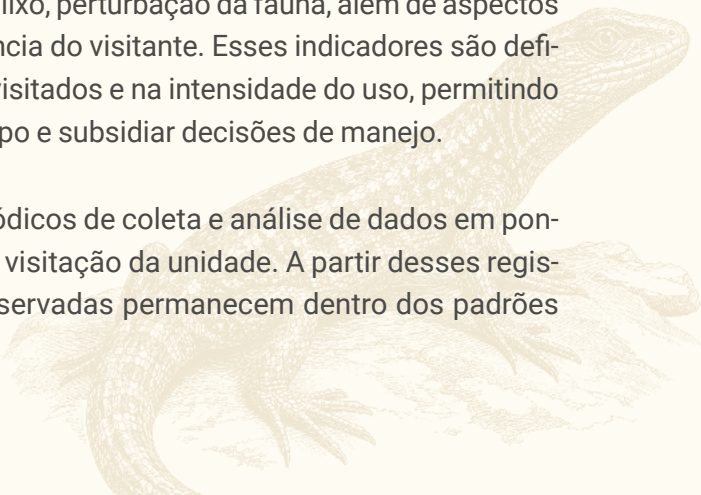
A adoção de um sistema estruturado de gestão da segurança contribui para a redução de acidentes, para a qualificação da experiência do visitante e para o fortalecimento da gestão do uso público, devendo ser continuamente aprimorada à medida que a visitação na unidade se consolida.

Plano de Monitoramento dos Impactos da Visitação

O monitoramento dos impactos da visitação constitui um instrumento essencial para a gestão adaptativa do uso público em unidades de conservação, permitindo acompanhar de forma sistemática as mudanças nas condições ambientais, na qualidade da experiência dos visitantes e na eficácia das ações de manejo adotadas. Nesse contexto, o Plano de Monitoramento dos Impactos da Visitação baseia-se nas orientações do Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que estabelece procedimentos para identificar, avaliar e acompanhar os efeitos da presença de visitantes nos ambientes naturais e nas estruturas de apoio à visitação (ICMBio, 2018).

O monitoramento é estruturado a partir da definição de indicadores que representem aspectos relevantes do uso público, tais como a condição física das trilhas, a presença de erosão, a compactação do solo, danos à vegetação, ocorrência de lixo, perturbação da fauna, além de aspectos relacionados à segurança e à qualidade da experiência do visitante. Esses indicadores são definidos com base na vulnerabilidade dos ambientes visitados e na intensidade do uso, permitindo identificar tendências de alteração ao longo do tempo e subsidiar decisões de manejo.

A aplicação do monitoramento envolve ciclos periódicos de coleta e análise de dados em pontos previamente definidos nos atrativos e áreas de visitação da unidade. A partir desses registros, torna-se possível avaliar se as condições observadas permanecem dentro dos padrões



aceitáveis de conservação e uso público ou se há necessidade de ajustes nas estratégias de manejo, tais como a adequação de infraestrutura, o redirecionamento de fluxos de visitação, a implementação de ações de educação ambiental ou as restrições temporárias de acesso.

Nesse contexto, o Número Balizador da Visitação (NBV) constitui um dos instrumentos utilizados no âmbito do monitoramento da visitação, funcionando como referência quantitativa para orientar o controle do fluxo de visitantes em determinados atrativos ou atividades. Entretanto, sua aplicação deve ser acompanhada pelo monitoramento contínuo dos impactos, permitindo avaliar se os níveis de visitação definidos permanecem compatíveis com a conservação dos recursos naturais e com a qualidade da experiência oferecida aos visitantes.

Dessa forma, o Plano de Monitoramento dos Impactos da Visitação constitui um instrumento estratégico para subsidiar a tomada de decisão na gestão do uso público do Parque Estadual Caminho dos Gerais, contribuindo para que a visitação seja desenvolvida de forma planejada, segura e compatível com os objetivos de conservação da unidade

Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC)

O ROVUC, enquanto instrumento metodológico adotado no Plano de Uso Público, orienta a classificação das experiências de visitação segundo as classes prístina, natural e seminatural ou ruralizada. Essa classificação subsidia decisões relativas ao nível admissível de infraestrutura, à intensidade de uso, ao tipo de atividade compatível e à priorização de investimentos, assegurando coerência entre a experiência ofertada e a capacidade ambiental do setor.

Protocolo Operacional de Visitação

O Protocolo Operacional regulamenta as condições de funcionamento da visitação, estabelecendo normas de conduta, horários, procedimentos e restrições aplicáveis aos usuários. Sua elaboração atende às disposições da Portaria IEF nº 20/2025, que determina a necessidade de regulamentação formal da visitação nas unidades estaduais. O Protocolo poderá ser atualizado conforme os resultados do monitoramento ou alterações normativas.

Sistema de Controle e Registro da Visitação

O monitoramento constitui um instrumento essencial para a avaliação contínua dos efeitos do uso público. Deverá contemplar o registro de visitantes, a avaliação das condições das trilhas e atrativos, a verificação de impactos ambientais, o controle do cumprimento do NBV e o registro de ocorrências. Os dados obtidos subsidiarão ajustes na matriz de planejamento, revisão de protocolos e eventual redefinição de limites de uso.

Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PIPCEF)

Considerando a recorrência de incêndios florestais no Norte de Minas Gerais, o uso público deverá estar articulado às diretrizes do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da unidade. A visitação poderá ser temporariamente suspensa em períodos de risco elevado, conforme avaliação técnica da gestão.

Instrumentos de Delegação de Serviços

A eventual delegação de serviços de apoio à visitação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência e interesse público, conforme a legislação aplicável às concessões e autorizações em unidades de conservação. A delegação deverá ser precedida de estudos técnicos que avaliem a viabilidade ambiental, a compatibilidade com o ROVUC, a conformidade com o NBV e a capacidade de fiscalização pelo órgão gestor.

Educação Ambiental e Interpretação Ambiental

A educação ambiental constitui instrumento previsto no SNUC como componente essencial da gestão das unidades de conservação. As ações educativas e interpretativas no PECGerais deverão qualificar a experiência do visitante, promover a compreensão sobre a conservação da biodiversidade, a valorização da cultura regional e a redução de impactos decorrentes da visitação.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo da unidade, instituído nos termos da legislação do SNUC, constitui uma instância de participação social e apoio à gestão. Deverá ser envolvido nos processos de implementação do uso público, avaliação dos instrumentos de gestão e discussão de eventuais revisões do Plano de Uso Público.

Revisão e Atualização dos Instrumentos

Os instrumentos de gestão aqui descritos deverão ser avaliados periodicamente, garantindo coerência entre planejamento, execução e conservação. A atualização poderá ocorrer diante de alteração normativa, mudança significativa no fluxo de visitantes, identificação de impactos relevantes ou ampliação da infraestrutura de apoio à visitação.



8.

Referências bibliográficas



A ROTA DO SAL. A Rota do Sal: Caminhos dos Tropeiros, Carreiros e Vaqueiros – Conectando o Velho Chico ao Espinhaço. Youtube, 26 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9okxvlzs5a4>. Acesso em: 10 set. 2025.

BALEIRO, Zaurindo Fernandes. Gameleiras: dos primórdios à emancipação. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

COSTA, João Batista de Almeida. Norte de Minas: Cultura catrumana, suas gentes, razão liminar. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021. Disponível em: <https://www.editora.unimontes.br/norte-de-minas-cultura-catrumana-suas-gentes-razao-liminar/>. Acesso em: 14 set. 2025.

Instituto Estadual de Florestas (IEF). Plano de Manejo do Parque Estadual Caminho dos Gerais. Belo Horizonte: IEF, 2024. Acesso em: 09 set. 2025

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Orientações metodológicas para a elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais. Brasília: ICMBio, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/ICMBio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/orientacoes_metodologicas_para_elaboracao_de_planos_de_uso_publico_em_ucsfederais.pdf/@@download/file. Acesso em: 12 set. 2025.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. 2. ed. Brasília: ICMBio, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/ICMBio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf. Acesso em: 09 set. 2025

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação. Brasília: ICMBio, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/ICMBio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/editais-diversos/editais-diversos-2019/roteiro_metodologico_para_manejo_de_impactos_da_visitacao.pdf. Acesso em: 09 set. 2025

Ministério do Turismo (MTUR). Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília: MTur, 2025. Disponível em: <https://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 11 set. 2025.

Revista Reserva Da Biosfera Da Serra Do Espinhaço (RSBSE), v. 1, n. 1. Brasília: IABS, 2017. Disponível em: <https://editora.iabs.org.br/site/wp-content/uploads/2018/03/RBSE-Vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.



PLANO DE USO PÚBLICO

Parque Estadual Caminho dos Gerais

